Página 13 PT

Nº 162 MAR/2017

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

# BALANÇAR ATÉ CAIR

*Quanto mais impopular, mais o governo comete maldades. Só tem um jeito: derrubar*

**páginas 8 e 9**

Foto: Paulo Pinto

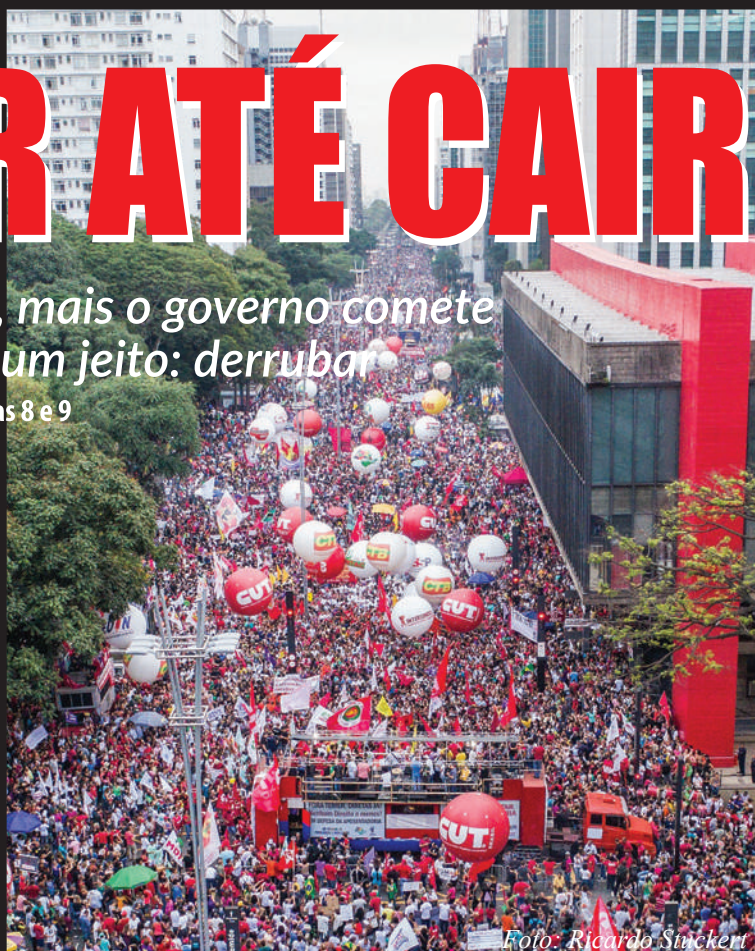



Foto: Ricardo Stuckert

## Equador: "Los avances no pueden perderse"

*Entrevista com Ricardo Patiño, dirigente do partido governante no Equador*

**páginas 6 e 7**

## Petrobrás: a trajetória da empresa e a geopolítica

*Entrevista com Sérgio Gabrielli, militante petista e ex-presidente da Petrobrás*

**páginas 10 e 11**

## O debate do 6º Congresso: para onde vai o PT?

*Uma boa oportunidade para debater o que tem que ser debatido e mudar o que deve ser mudado*

**páginas 22 e 23**

# 9 de abril: uma chance de mudar

*A direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda, reunida no dia 11 de março de 2017, realizou um debate sobre a conjuntura internacional e nacional, bem como sobre o 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores, aprovando a seguinte resolução, cuja integra está diponivel em www.pagina13.org.br*

## Internacional

A crise internacional de 2008 abriu um novo período, caracterizado pelo agravamento da luta de classes em cada país, bem como pelo acirramento do conflito entre Estados.

O golpismo no Brasil e a ascensão da direita em outros países da América Latina devem ser compreendidos neste contexto. Por isto, a elaboração da estratégia do PT deve levar em conta as principais características do cenário internacional: as crises, as guerras e a instabilidade generalizada.

Em 2008, a crise econômica teve como epicentro os Estados Unidos. Hoje, a crise política mundial também tem seu epicentro lá. A presidência de Donald Trump é um símbolo dos tempos em que vivemos no cenário internacional, que possui semelhanças inquietantes com o que ocorreu na crise dos anos 1930 e período entre guerras (1914-1945).

As forças que causam a crise e que se beneficiam dela são as mesmas que dominam o poder político, econômico, militar e ideológico nos Estados Unidos. É por isto que as ações práticas do governo dos EUA ampliam a crise. A dinâmica da crise mundial é mais poderosa e tende a empurrá-los em direção à guerra.

Quem pode evitar este desfecho, em primeiro lugar, é o povo dos Estados Unidos. O movimento sindical, a intelectualidade de esquerda, os setores democráticos daquele país estão chamados a agir de maneira autônoma frente aos dois grandes partidos do capital, o Republicano e o Democrata. Quem pode evitar a guerra e construir outra ordem mundial é, em segundo lugar, a classe trabalhadora e os povos das demais regiões do mundo.

Até a crise internacional de 2008, os governos progressistas e de esquerda vinham conseguindo contornar seus limites, contradições e erros. Contudo, independentemente da adoção de variantes mais “confrontacionistas” ou mais “negociadoras”, verificou-se depois da crise uma deterioração das condições políticas, econômicas e sociais, abrindo uma fase de contraofensiva reacionária que vem derrotando os governos progressistas e de esquerda e colocando na defensiva as forças sociais e partidárias vinculadas aos trabalhadores. Aonde a direita voltou ao governo, assiste-se a um retrocesso social, econômico e político, bem como a um giro na política externa, que volta a ser subalterna aos interesses dos EUA.

A esquerda latino-americana e caribenha está convocada a deter a ofensiva reacionária, reconquistar os espaços perdidos, alcançar novas vitórias, criar as condições para que a Unasul e a Celac voltem a ter protagonismo no cenário internacional, em favor da paz e de outra ordem internacional.

É neste contexto que ocorre, por exemplo, o segundo turno da eleição do Equador, no dia 2 de abril de 2017. A vitória de Lenin Moreno tem grande importância para a esquerda que está no governo e para a esquerda que busca voltar (ou chegar) ao governo em outros países.

Vista de conjunto, a situação internacional torna ainda mais imprescindível e urgente nossa luta pelo socialismo. Não apenas pelos motivos já citados, mas também pelos impactos cada vez mais catastróficos que o capitalismo vem provocando em nosso planeta, com consequências que afetam terrivelmente as condições de vida da classe trabalhadora, a natureza e o conjunto da humanidade.

## Nacional

A situação internacional não é favorável aos intentos do governo golpista. Temer defende um neoliberalismo radical e um alinhamento carnal com os EUA, num momento em que isto produz muito ônus e não produz os bônus que beneficiaram o primeiro mandato de FHC (1995-1998).

Os golpistas já perceberam isto. Mas até agora sua reação vem sendo a de radicalizar programaticamente, anunciando e buscando promover retrocessos e solapar direitos em certo sentido piores do que aquelas feitas na primeira onda neoliberal.

Esta atuação dos golpistas fará crescer e muito a insatisfação política e social. Para tentar compensar isto, a coalizão golpista buscará acentuar a luta ideológica, a luta política e a repressão contra a esquerda. A tendência, portanto, é de aprofundamento da polarização política e social.

Frente a esta situação, a esquerda brasileira está diante de uma encruzilhada. Um caminho consiste em apostar em alianças com setores do golpismo. Esta é a linha

EXPEDIENTE

**Página 13** é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.
Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.
**ISSN 2448-0150-160**
**Direção Nacional da AE:** Adriano de Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Ananda de Carvalho/RS, Ângela Melo/SE, Bruno Elias/DF, Cândida Rossetto/RS, Conceição Maria de Sousa/PI, Damárci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Divonaldo Barbosa/PE, Edivan França/PI, Eduardo Nunes Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná de Castro/DF, Emilio Font/ES, Francisco dos Santos/MS, Ismael Cesar/DF, Izabel Cristina da Costa/RJ, Jandyra Uehara Alves/SP, Janine Azevedo/MG, João Luís Lemos/SP, João Paulo Furtado/MG, Júlio Quadros/RS, Laura Paz/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Margarida Calixto/SP, Mariuza Guimarães/MS, Múcio Magalhães/PE, Natália Sena/RN, Olavo Carneiro/RJ, Pamela Kenne/RS, Rafael Tomyama/CE, Raquel Esteves/PE, Renan Brandão/RJ, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Rubens Alves/DF, Sônia Aparecida Fardin/SP, Tadeu Brito/SE, Ualid Rabbah/PR, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Ana Lídia/SP, Diego Pitirini/RS, Irene dos Santos/SP, Jonatas Moreth/DF. Suplentes da comissão de ética: Giucelia Figueiredo/PB, Wagner Lino/SP
**Edição:** Adriana Miranda, Natália Sena, Valter Pomar e Emilio C. M. Font **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com
**Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

adotada, entre outros, pelo PCdoB. Uma de suas materializações práticas é, por exemplo, votar em golpistas na eleição das mesas da Câmara e do Senado. Outra pode ser tentar negociar o "mal menor" na votação da contrarreforma da previdência e trabalhista.

Outro caminho consiste em tirar as lições do período 2003-2016, que deixou claro os limites e contradições de uma política de alianças com setores do centro, direita e da burguesia.

Além disto, mesmo quem considere correta a política de alianças adotada naquele período, precisa reconhecer que em 2017-2018 não ocorrerá o mesmo que ocorreu em 2001-2002. Ou seja, os descontentes com o neoliberalismo não procurarão abrigo na candidatura Lula presidente. Por um lado, porque diferente daquela época, prevalece na classe dominante a disposição de não permitir uma nova presidência petista. Em segundo lugar, porque as derrotas que sofremos em 2016 reduziram nossa capacidade de atrair setores de centro e de direita.

Para além dos ensinamentos do período 2003-2016 e para além das diferenças entre 2017-2018 versus 2001-2002, há uma terceira questão a considerar na definição de nossa política. É preciso recuperar o apoio da esquerda, particularmente do PT, junto à classe trabalhadora. E isto não será feito, se a classe trabalhadora não perceber claramente as diferenças entre nós e eles. E isto supõe uma demarcação política e simbólica muito forte entre a esquerda e o conjunto do golpismo.

Assim, a alternativa realmente existente para a esquerda consiste em recuperar forças e reconstruir um apoio majoritário na classe trabalhadora, através da mobilização e da luta por um programa claramente de esquerda.

19.Paradoxalmente, só radicalizando pela esquerda será possível provocar e/ou aproveitar positivamente – sem ilusões, nem traições -- eventuais cisões no bloco

golpista. Esta alternativa radical não será fácil de executar, entre outros motivos porque estamos numa situação de defensiva estratégia.

Mas o governo Temer possui fragilidades que possibilitam um contra-ataque exitoso. É possível derrotar e derrubar este governo. É possível antecipar e vencer as eleições presidenciais. Mas para isto é preciso acelerar o passo, ampliar a mobilização, radicalizar a denúncia.

Por outro lado, se o governo Temer conseguir sobreviver até 2018; ou se Temer cair, mas for substituído por alguém que os golpistas consigam eleger indiretamente; se, em ambos cenários, os golpistas conseguirem implementar o programa da "ponte para o futuro"; e, principalmente, se os golpistas tiverem êxito na operação de cerco e aniquilamento que movem contra Lula e o PT... em cada um destes cenários, ou nas várias combinações possíveis, a esquerda brasileira estará posta diante de um período mais longo de defensiva estratégica, que nos obrigará a fazer modificações mais profundas em nossa política e em nosso modelo de funcionamento.

Por estas razões, os anos de 2017 e 2018 são fundamentais. Nesta janela de tempo, podemos obter uma importante vitória tática -- derrotar e derrubar o golpismo, disputar e vencer com Lula as eleições presidenciais, vitória tática que pode criar as condições para sairmos da defensiva estratégia e retomarmos a ofensiva.

Daí a importância de combinarmos, num só movimento, a luta em defesa dos direitos, o Fora Temer, as diretas já e a campanha Brasil Urgente, Lula presidente.

Daí a importância -- ao mesmo tempo tática e estratégica -- das lutas deste mês de março, que começaram com uma exitosa mobilização no Dia Internacional da Mulher, incluem o Dia Nacional de Mobilização e Paralisação no 15 de março contra o fim da aposentadoria e fazem parte de um movimento que visa construir condições para derrotar os golpistas, derrubar Temer e recuperar o governo federal.

É evidente que a candidatura, a campanha, a eleição e um novo governo de Lula são parte fundamental deste movimento. Motivo pelo qual os golpistas farão de tudo para impedir que ele possa ser candidato, que ele possa fazer campanha, que ele possa vencer, que ele possa tomar posse e que ele possa governar. Não devemos descartar, por exemplo, manobras como a eleição indireta de um substituto para Temer ou a adoção do parlamentarismo. A campanha Lula, neste sentido, é um instrumento importante para garantir a realização, o quanto antes, das próximas eleições diretas presidenciais.

É evidente, também, que a campanha, a eleição e um novo governo Lula não resolverão -- por si só -- os problemas estratégicos que ficaram evidentes entre 2003 e 2016.

Resolver estes problemas estratégicos supõe um longo processo, cujo ponto de partida consiste em adotar uma nova orientação política, capaz de derrotar a direita, capaz de recuperar o apoio da classe trabalhadora e capaz de enfrentar a nova situação criada no país, na América Latina e no mundo.

Daí a importância do 6º Congresso do PT.. ★

# Por que chegou a hora do gavião?

*Breno Altman**

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, em novembro de 2016, certamente foi o principal fato político dos últimos meses. Mais que isso: por alterar o arranjo de forças dentro e fora da principal potencia mundial, seus efeitos possivelmente se projetarão por um longo período.

Mas o que representa essa guinada no comando da Casa Branca?

Antes de mais nada, uma reconfiguração da estratégia dominante entre os formuladores da burguesia norte-americana.

A velha política imperialista, ditada pelos cânones neoliberais consolidados nos anos 90, perdeu validade. Esgotou-se, nos cálculos dessas frações emergentes, a expansão das fronteiras de acumulação através de medidas como os tratados de livre-comércio, o fluxo descontrolado de investimentos, o manejo desregrado de créditos bancários e os acordos de desregulamentação alfandegária.

Esse sistema impunha aos Estados Unidos, como moeda de troca para impulsionar regras favoráveis à exportação de capitais, abertura de seu próprio mercado à importação de produtos e serviços, além de flexibilidade financeira relativamente similar à estabelecida nos demais países capitalistas, centrais ou periféricos.

Essa fórmula sempre esteve sustentada, pela lógica dos setores hegemônicos da burguesia norte-americana, na crença que a disparidade tecnológica, creditícia e produtiva de sua economia, se comparada com o padrão das demais nações, tenderia a produzir um resultado amplamente benéfico às suas empresas e ao ritmo de seu desenvolvimento.

Tais vantagens comparativas, associadas à dominância militar e ao papel ainda estruturante do dólar como moeda internacional, fariam do sistema de competição incentivado pelo neoliberalismo um território favorável aos interesses do imperialismo norte-americano.

A longa história de déficit comercial dos EUA com o resto do mundo, alavancando um espantoso endividamento público para cobri-lo, foi o primeiro sinal estratégico de que o esquema desenhado nos anos Reagan, na primeira metade dos anos 80, apresentava debilidades explosivas.

Apesar da desindustrialização parcial, da desnacionalização de vários ramos e da precarização do trabalho, afetando o mercado interno e pendurando a economia em uma dinâmica desenfreada de financeirização, com a substituição de parte da renda familiar por créditos onerosos, esse sistema contou com a simpatia dos grupos monopolistas enquanto o lucro externo e a atração de capitais baratos pareciam ser fonte inesgotável de acumulação.

A profunda crise do capitalismo iniciada em 2008, no entanto, colocou em xeque essa equação. A redução do fluxo mundial de comércio, a desaceleração dos países emergentes, a estagnação europeia e a paralisia da economia japonesa, entre outros fatores, progressivamente abalaram a confiança de que os parâmetros estabelecidos há mais de trinta anos pudessem manter higidez.

Também joga um papel decisivo a questão chinesa, em três frentes.

Primeiro, o aumento dos custos de produção, especialmente salarial, afeta a lucratividade das industrias norte-americanas por lá instaladas desde a década de 90, em muitos casos deixando de ser bom negócio continuar operando naquela nação.

Segundo, a China não apenas continuou a ser um exportador agressivo de mercadorias, apesar da tendência relativa de queda, como passou a ser um dos maiores fornecedores de capital do planeta, muitas vezes adquirindo ativos dentro dos próprios Estados Unidos, em casos tão emblemáticos como a aquisição da área de microinformática da IBM pela Lenovo.

Terceiro, os chineses mudaram de patamar militar, começaram a ameaçar o predomínio naval norte-americano, estabeleceram alianças econômicas contra-hegemônicas (como é o caso do BRICS), deslocaram o Japão como principal potência asiática e incrementaram sua influência tanto na África quanto na América Latina.

Esse quadro, em linhas gerais, provocou o deslocamento de parcelas da burguesia norte-americana para uma alternativa de caráter nacionalista, que protegesse o mercado interno, desfizesse parcialmente os pactos comerciais da globalização e trabalhasse para impor aos demais Estados capitalistas, dominantes ou dependentes, concessões que favorecessem mais generosamente seus conglomerados e corporações.

Como é próprio do nacionalismo das grandes potências, essa guinada não representa arrefecimento do imperialismo, muito ao contrário: Donald Trump expressa sensível recrudescimento do hegemonismo norte-americano, operando o discurso xenófobo e racista como instrumento de coesão social para uma escalada geopolítica sem paralelos desde o final da Guerra Fria. ★

***Breno Altman** é diretor do Opera Mundi.

# Eleições no Equador

*Adriele Marlene Manjabosco**

Haveria segundo turno e qualquer outro cenário seria produto de uma fraude eleitoral. Esta foi a estratégia da direita equatoriana, que tensionou e tumultuou o processo de apuração dos votos presidenciais, a ponto de convocar os simpatizantes do candidato oposicionista, o banqueiro Guillermo Lasso, a ocuparem as ruas exigindo segundo turno. Com o apoio dos veículos de comunicação privados, diversos foram os mecanismos utilizados para difundir as supostas fraudes, atacar o Conselho Eleitoral do Equador – CNE e deslegitimar uma possível vitória da Aliança País.

No dia 22 de fevereiro, o CNE oficializou o resultado no qual Lenín Moreno (AP) ficou a apenas 0,7% de ser eleito logo no primeiro turno, uma vez que obteve 39,3% dos votos e Lasso 28,1%. Para ganhar, o candidato da Aliança País deveria atingir 40% dos votos, além de 10 pontos de diferença do outro candidato.

A diferença de cerca de um milhão de votos de vantagem para Lenin Moreno no primeiro turno e a vitória parlamentar da Aliança País, que obteve 64 dos 138 membros da Assembleia Nacional, ganhando também o Parlamento Andino, não indicam necessariamente um triunfo no segundo turno.

O comportamento da direita na apuração dos votos pode sinalizar que esta fará "o que for necessário" para retomar o controle do governo equatoriano. Aliás, este tem sido o modus operandi dos setores conservadores, empresariais e midiáticos nos diferentes países da América Latina: a lógica do "vale tudo" para retomar o poder governamental e implementar reformas neoliberais. Vide o golpe no Paraguai, os diversos ataques ao governo Venezuelano, o questionamento da vitória eleitoral da presidenta Dilma com a solicitação de recontagem dos votos pela oposição e posteriormente o pedido de impeachment, que culminou na deposição ilegítima da presidenta. Tamanhas semelhanças não poderiam ser meras coincidências.

Moreno teve um resultado eleitoral inferior ao obtido por Rafael Correa nas eleições de 2013, vencidas no primeiro turno com 57% dos votos válidos, demostrando um reequilíbrio na correlação de forças, resultado da ofensiva conservadora. Longe de um raio em céu azul, esse cenário corresponde ao fenômeno que percorre toda a América Latina. Frente a uma das mais prolongadas e profundas crises do capital, a burguesia, seja por vias eleitorais ou golpes parlamentares, busca ansiosamente retomar a hegemonia neoliberal no continente.

| Eleições Equador - Resultados 1º Turno | | |
|---|---|---|
| CANDIDATO | VOTOS | % |
| LENÍN MORENO GARCÉS | 3.716.343 | 39,36% |
| GUILLERMO LASSO | 2.652.403 | 28,09% |
| CYNTHIA VITERI JIMENEZ | 1.540.903 | 16,32% |
| PACO MONCAYO GALLEGOS | 634.033 | 6,71% |
| ABDALA BUCARAM | 455.187 | 4,82% |
| IVAN ESPINEL MOLINA | 299.840 | 3,18% |
| PATRICIO ZUQUILANDA DUQUE | 72.679 | 0,77% |
| WASHINGTON PESANTEZ MUÑOZ | 71.107 | 0,75% |

Todavia, o fato dessa tentativa ter sido bem sucedida, em países como o Brasil e Argentina, por exemplo, decorreu também dos limites e das contradições acumuladas internamente pelos governos progressistas. Uma compreensão nesse mesmo sentido, em relação ao Equador, pode soar bastante precipitada, principalmente pelas significativas diferenças políticas, econômicas e sociais entre esses países e pela grande probabilidade de vitória eleitoral da Aliança País. Ainda assim é possível questionar até que ponto as mudanças da chamada Revolucion Ciudadana foram suficientemente profundas e capazes de criar uma consciência social que impeça que sejam revertidas.

É inegável que as transformações que ocorreram na última década alteraram a história do Equador, que vinha de um longo período de instabilidade política e social. Os Governos de Rafael Correa e o projeto denominado de Revolução Cidadã, além de melhorar as condições de vida do povo, com diminuição da pobreza, ampliação do acesso à saúde e a educação, consolidação de direitos sociais e trabalhistas, foram acompanhados também por algumas mudanças que confrontaram as estruturas de poder do país, como a nova constituição de 2008, a mudança no sistema político, a regulamentação da mídia e a auditoria da dívida pública. Em seus governos, Rafael Correa confrontou interesses dos meios de comunicação privados, defendeu a soberania nacional e travou uma batalha na justiça contra a petroleira Chevron em relação a contaminação na Amazônia.

No entanto, é fato também que no último período o país passou por um processo de recessão econômica, agravada pela crise internacional e intensificada pela queda no preço do petróleo e pela dolarização. É importante considerar que o país é bastante dependente do extrativismo e mantém uma economia dolarizada desde 2000. Tais fatores afetaram a economia nacional e as condições de vida dos trabalhadores. Esta situação muito provavelmente contribuiu para inviabilizar a vitória eleitoral no primeiro turno e coloca a necessidade de refletir sobre os limites e desafios do atual projeto equatoriano.

A esquerda latino-americana está com os olhos atentos nestas eleições e no futuro do Equador. Em um período de maior crise e de ofensiva conservadora, sem dúvida o Equador representa uma esperança de resistência. Nesse segundo turno, o comportamento da direita equatoriana tende a continuar incisivamente truculento. Além de enfrentar o "jogo sujo", representado na candidatura de Guilherme Lasso, a Aliança País precisa disputar os votos dos 60% de eleitores que não votaram em Moreno no primeiro turno. Confirmando-se a vitória eleitoral, já prevista nas primeiras pesquisas, o desafio seguinte será manter e aprofundar as mudanças da chamada Revolucion Ciudadana, num contexto regional caótico e com uma direita equatoriana cada vez mais radicalizada. ★

***Adriele Marlene Manjabosco** é da Executiva Estadual do PT-RS.

# “Los avances no pueden perderse”

*Página 13 publica entrevista exclusiva com Ricardo Patiño, importante dirigente do Alianza País, partido governante do Equador.*

**Página 13.** Qual o argumento que será utilizado pela campanha de Lenin Moreno para convencer os 18% de ausentes na primeira volta a irem votar na segunda ronda, pelo binômio 35?

**Ricardo Patiño.** La abstención histórica de las elecciones en Ecuador bordea el 20 %. Esto obedece a que en las últimas décadas los cambios en el padrón electoral siempre vinieron aparejados de fuertes confrontaciones políticas. Especialmente en el período que va del retorno al orden constitucional en 1979, hasta el triunfo de la Revolución Ciudadana encabezada por Rafael Correa, las organizaciones políticas de derecha, en representación de diversas facciones del capital, siempre recurrieron a la muletilla del fraude electoral en la disputa por el poder. Los sucesivos tribunales supremos electorales, como se llamaban antes, evadieron la responsabilidad de purificar el padrón, por temor a ser acusados de preparar un fraude con esta decisión.

El gobierno que preside Rafael Correa emprendió la tarea de depuración del padrón electoral gracias a una consulta popular que viabilizó la modernización para todo lo que depende del Poder Ejecutivo, el Poder Judicial y en el Poder Legislativo. Este proceso aún está en marcha en el Consejo Nacional Electoral (CNE).

A este hecho se sumó el que alrededor de dos millones de ecuatorianos salieron del país, principalmente a partir del año 1999 cuando se dio el nefasto Feriado Bancario, en el cual el actual candidato banquero Lasso estuvo involucrado. El destino principal de los migrantes fue los EEUU, España e Italia, sin que registraran su cambio de domicilio. Por tanto aún constan en el padrón con sus domicilios en territorio ecuatoriano, en algunos casos hace varias décadas.

En el año 2008, con la entrada en vigencia de la Constitución promovida por la Revolución Ciudadana, los migrantes ecuatorianos tienen derecho al voto en el exterior, pero este es voluntario y para ejercer este derecho se requiere inscribirse previamente, por lo que el número de votantes en el exterior es aún un porcentaje menor al número de total de ecuatorianos residentes en otros países.

*Ricardo Patiño*

Con todo, el sistema electoral ecuatoriano es bastante confiable porque, aunque se podría sospechar una posible manipulación en base al padrón, por un número determinado de fallecidos que constan en este registro, por un relativamente elevado ausentismo por migrantes que no registraron su cambio de domicilio, resulta casi imposible una suplantación de identidad.

**Página 13.** Qual o argumento que será utilizado para convencer os 10% de eleitores de Paco Moncayo e Iván Espinel a votar em Lenin Moreno, no segundo turno?

**Ricardo Patiño.** El candidato Paco Moncayo mantuvo una alianza con la socialdemocracia criolla representada por la Izquierda Democrática desde el inicio de su actividad política, luego de que pasara al servicio pasivo en las Fuerzas Armadas del Ecuador, partido político que prácticamente se extinguió al sufrir sucesivas migraciones de su militancia especialmente serrana, otra hora su bastión fuerte, hacia Alianza País y luego, lo que quedó, al Movimiento Avanza, hoy prácticamente desaparecido.

Creemos que pese a que la cúpula de la Izquierda Democrática se pronunció para que sus militantes no voten por ninguno de los dos binomios, puestos a escoger entre el banquero y Lenin Moreno, la mayoría optará por apoyar la alternativa de la Revolución Ciudadana, pero exigirán un cambio de estilo y mayor participación en la toma de decisiones políticas.

Eliminado Moncayo de la contienda, no será más quien represente a este sector militante y del electorado, su representación pasará a los viejos líderes históricos, como el ex presidente Rodrigo Borja, quien incluso sin pronunciarse públicamente, permitirá que sean sus cuadros locales quienes canalicen el voto hacia la continuidad de las transformaciones que vive el Ecuador.

La Izquierda Democrática intentó revivir en estas elecciones y sus resultados son más bien modestos, sin embargo esa porción del electorado, asentada sobre lealtades ideológicas de centro izquierda, deberá escoger entre un banquero neoliberal y un auténtico representante de sectores medios como Lenin Moreno que comparte buena parte de sus planteamientos esenciales.

Por otro lado, el candidato Espinel ya se pronunció por respaldar en la segunda vuelta al candidato de la Revolución Ciudadana.

Aunque a esto que contesta la pregunta, haya que agregar que todos los análisis concuerdan en que en esta segunda vuelta las sumatorias matemáticas de los resultados de la primera no tienen mucho que ver con la realidad. Esta es mucho más compleja y diversa a los análisis simplistas mientras más nos acercamos a la realidad territorial.

Los actores políticos locales, especial-

mente aquellos que prefieren ubicarse en el centro político, saben que sus posibilidades para ganar las cercanas elecciones seccionales, disminuyen con un gobierno abiertamente de derecha, que preferirá respaldar a sus propios cuadros y no a ellos de signo ideológico progresista. Es en este elemento en que la tendencia se moverá a favor del candidato Lenin Moreno, especialmente en las provincias de la Sierra Central y Loja en el sur del país, donde se perdió en la primera vuelta.

**Página 13.** Que papel terão, na coordenação da campanha, neste segundo turno, Rafael Correa e Lenin Moreno?

**Ricardo Patiño.** El Presidente Rafael Correa goza de altos niveles de aceptación y confianza entre los ciudadanos, su presencia en campaña sin duda suma. Evidentemente, es Lenín quien ahora copa los espacios y lo hace posicionando un liderazgo de estilo distinto al del mandatario saliente, sin embargo es importante notar que la Revolución Ciudadana ha construido durante esta década un nombre propio a partir del cual se plantean figuras políticas distintas en el marco de principios fundacionales que no han variado.

**Página 13.** Que papel Jorge Glas, candidato a vice de Lenin Moreno, terá na campanha de segundo turno?

**Ricardo Patiño.** La presencia de Jorge Glas por supuesto tiene un protagonismo distinto al de Moreno, cuestión natural en la construcción y exposición de un binomio en campaña, es notable por ejemplo, que Glas como cabeza del proyecto de reconstrucción de las zonas afectadas por el terremoto del pasado 16 de abril, ha contribuido al enorme apoyo de los manabitas. El trabajo de campaña supone recorrer todo el país, para la Revolución Ciudadana es vital el diálogo, la tarima, el puerta a puerta, todo esto está muy por encima de la confrontación, a veces necesaria, pero accesoria si de entender a las mayorías se trata. Creo que veremos más presencia de Jorge acompañando a Lenín, es importante transmitir al votante el equipo de trabajo, líderes ambos, representantes de varios sectores, con experiencia probada y loable en la gestión pública.

**Página 13.** Como será a estética da campanha de Lenin Moreno na segunda volta? Alguma mudança?

**Ricardo Patiño.** Debo empezar diciendo que la oposición ha planteado una feroz campaña sucia, repleta de acusaciones falsas y temerarias en contra del binomio Moreno – Glas, en ausencia de argumentos válidos que puedan desvirtuar lo que es evidente para la ciudadanía, la real transformación del país, la derecha ha actuado, según el guión de los golpes blandos en Latinoamérica, para tomando la iniciativa conducir al oponente a centrar su atención fundamentalmente en defenderse de las acusaciones y los ataques del que está siendo objeto. Por supuesto, esta segunda vuelta demandará de Lenín una respuesta que reafirme su liderazgo, confrontando las mentiras de la oposición con las verdades de la Revolución Ciudadana, traducida en una transformación profunda de la realidad económica y social en el país.

La perversa campaña de la oposición fundamentada en las mentiras y el irrespeto al orden constituido ha dejado en evidencia al binomio opositor, en cuanto a que no creen en la democracia, por lo que nuestro candidato durante la segunda vuelta es figura indiscutible de un líder fuerte capaz de confrontar pero siempre en el marco de la democracia y el respeto al orden constituido.

**Página 13.** A campanha de Lenin Moreno vai lançar novas propostas, especificamente para disputar o eleitorado que no primeiro turno não votou em Lenin Moreno? Por exemplo, será lançado algum tipo de plano de desenvolvimento, com foco na geração de empregos? Por outro lado, que peso terá na campanha o tema da habitação?

**Ricardo Patiño.** Las propuestas para la generación de empleo, así como para la vivienda han estado presentes desde el inicio de la campaña, pues se constituyen en ejes fundamentales del plan de gobierno del binomio Moreno – Glas. Sin duda, la segunda vuelta propone matices a nivel comunicacional, sin embargo el plan de gobierno como tal es integral y sobre todo viable y pertinente con la realidad del país. La oposición y sus falaces propuestas nos han sumado una tarea para esta segunda vuelta, desmentir y desenmascarar sus intereses.

El Plan Toda una Vida, promovido por el binomio de Alianza País, es una propuesta que goza de viabilidad y absoluta pertinencia, un proyecto que acompañará a los ecuatorianos desde la concepción hasta los primeros 1000 días de vida. Esta propuesta se constituye en central pues estamos convencidos que puede marcar la diferencia en la calidad de vida de los ciudadanos y el país del futuro. El empleo joven, el apoyo al emprendimiento, el plan Mis Mejores Años, pensado para los adultos mayores, Casa para todos, son iniciativas que van más allá de algunos años, sino que impactarían toda la vida de los ecuatorianos.

Contamos ya con la experiencia para la generación de empleo y oportunidades para los jóvenes a través fundamentalmente de la formación, el binomio Moreno y Glas proponen a partir de una base incuestionable, proyectos que fortalecerán estratos sensibles de la sociedad como son los jóvenes y los adultos mayores. Créditos preferenciales para los jóvenes emprendedores, 15 mil dólares para cada joven con un proyecto innovador al 2% de interés a 15 años plazo y dos años de gracia. Esta es una propuesta factible, cuyo beneficio trasciende pues los jóvenes emprendedores son potenciales creadores de ciencia y tecnología, así como de plazas de empleo que redundan en beneficio de la sociedad ecuatoriana.

Por otro lado, está el Plan Mis Mejores Años, un proyecto que recoge los intereses y necesidades de los adultos mayores, para quienes se pretende mejorar sus condiciones de vida, a través de duplicar pensiones jubilares (de 50 a 100 dólares) pero también la ampliación de la cobertura y el fortalecimiento de la calidad de los servicios de atención integral. El Plan está planteado para a inclusión y la participación de los adultos mayores en la comunidad, la protección de sus derechos y promoción de la corresponsabilidad familiar para su cuidado. Quienes se encuentren en situación de pobreza y vulnerabilidad, mayores a 65 años tendrán un seguro médico gratuito. El objetivo es entregar una cobertura a 560.000 adultos mayores.

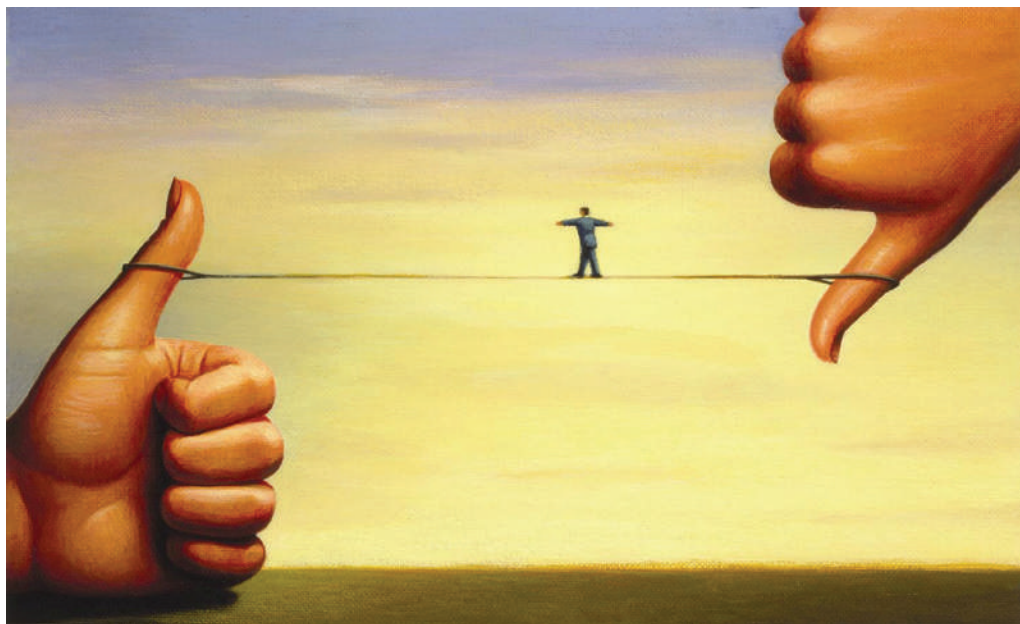
**Página 13.** A campanha de Lenin Moreno, neste segundo turno, vai tratar de que forma a possibilidade de que a oposição vença?

**Ricardo Patiño.** Ya ganamos en primera vuelta, superamos al contendor con 10 puntos, más de un millón de votos, una mayoría en la Asamblea Nacional, estos hechos nos hacen creer fervientemente en la posibilidad de ganar la presidencia.

Creemos que en estos diez años el Ecuador se ha fortalecido democráticamente, sus instituciones y sobre todo los ciudadanos se han progresivamente involucrado en la política como siempre debió suceder, la Revolución Ciudadana colocó en primer lugar a los mandantes, y estos avances no pueden negarse o peor aún perderse. ★

# Governo instável

*Cresce a mobilização popular contra a quadrilha golpista*

***Pedro Pomar****

A coalizão golpista PMDB-PSDB encabeçada pelo usurpador Michel Temer parece "respirar por aparelhos" (segundo metáfora do cientista político Rudá Ricci), dado seu crescente desgaste político dentro e fora do país. Alvo de graves denúncias de corrupção, o próprio Temer só se agarra no cargo graças à blindagem garantida até agora pelo Judiciário ("Operação Lava Jato", Supremo Tribunal Federal), pelo procurador-geral da República e pela mídia oligopólica. São raros os ministros que não possuem um alentado prontuário policial ou não têm contra si delações ou denúncias de envolvimento em crimes e escândalos; a economia patina na recessão, com PIB negativo e desemprego em 12,6%; torna-se cada vez mais ostensivo o caráter brutalmente oligárquico, antipopular e predatório do bloco golpista no poder.

Apesar da crise permanente, o governo e seus aliados ainda aparentam dispor de força suficiente para emplacar ao menos parte do seu projeto político ultraliberal, expresso na famigerada carta-programa "Ponte para o Futuro". Conseguiram aprovar no Congresso Nacional o congelamento dos gastos sociais por vinte anos ("PEC da Morte"), a (contra)reforma do Ensino Médio e outras medidas, como as alterações na estrutura de poder da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que desfiguram o seu Conselho Curador, agora esvaziado da participação dos movimentos sociais. O Senado Federal aprovou a toque de caixa, sem sequer passar pelo plenário, o PL 79/2016, que reformula a Lei Geral das Telecomunicações e transfere às operadoras de telefonia, as "teles", patrimônio público estimado em R$ 100 bilhões.

O PSDB, único partido político poupado pela Lava Jato, é hoje um destacado sócio-proprietário do condomínio golpista. Está à frente dos ministérios das Cidades, com Bruno Araújo; das Relações Exteriores, onde José Serra deverá ser substituído por Aloysio Nunes; da Educação, cujo titular é Mendonça Filho (DEM) mas quem formula as políticas e "dá a linha" é a secretária-executiva Maria Helena Guimarães de Castro, principal quadro tucano na área do ensino. Tem a Secretaria de Governo, com Antonio Imbassahy. E, com Pedro Parente, também controla a Petrobras, mais poderosa que diversos ministérios (e posição-chave para os planos de entrega do Pré-Sal).

Além disso, os tucanos contam agora com pelo menos dois ministros "orgânicos" no STF: o veterano Gilmar Mendes e o recém nomeado Alexandre Moraes, que vinha ocupando a pasta da Justiça. Nada mal para fazer frente a eventuais surpresas da Lava Jato. Pois toda a blindagem midiática em favor do PSDB não consegue esconder que os principais figurões do partido são fartamente citados nas delações da Lava Jato e em outros casos: Serra, Alckmin, Aloysio, Aécio Neves etc.

O sucesso de Temer na aprovação do nome de um ministro para o STF, quase sem oposição não obstante o péssimo currículo de Moraes, apenas demonstra que os golpistas farão tudo que estiver ao seu alcance para "estancar a sangria" da Lava Jato. Acadêmico obscuro, Moraes cometeu plágios escandalosos nos seus escritos de direito, foi advogado de Eduardo Cunha, comprou oito imóveis por R$ 4,5 milhões em apenas quatro anos. Deixou o cargo de secretário de Segurança Pública de São Paulo sem haver identificado os autores da chacina de Osasco e Barueri (ocorrida em 2015). Quando ministro da Justiça, sua omissão agravou a situação de barbárie vivida em diversos presídios do país. Nada disso importou — e o Senado Federal recheado de réus e quase réus

aprovou por folgada margem sua entronização no Supremo. Apenas 13 senadores votaram contra.

Outro êxito do governo, na mesma linha, foi a manobra para formalizar a condição de ministro de Moreira Franco (que ele já tinha de facto, mas não de direito), como titular da Secretaria-Geral da Presidência, de modo a conceder-lhe foro privilegiado, uma vez que é citado 34 vezes (!) nas delações da Odebrecht. O mesmo STF que impediu a posse de Lula, meses antes, a pretexto de negar-lhe foro privilegiado, confirmou cinicamente a nova condição de ministro do "Gato Angorá" (alcunha que lhe foi dada por Leonel Brizola), depois que ela foi momentaneamente barrada por uma liminar.

## Instabilidade

Pois bem: em que pesem essas vitórias institucionais, a instabilidade do governo não cessa. O ministro da Saúde, Ricardo Barros, foi denunciado por enriquecimento ilícito. Soube-se que o secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, autor da criminosa PEC 287, é membro do conselho de administração da Brasilprev, empresa que vende planos de previdência complementar — caso clássico de conflito de interesses. A cada dia descobre-se algum novo imbroglio ilegal de Eliseu Padilha, um dos homens-fortes de Temer. E, embora confirmados nos novos cargos, "Gato Angorá" e Alexandre Moraes foram expostos a intenso desgaste, com repercussão internacional.

"No Brasil, ministro acusado de corrupção torna-se um juiz... anticorrupção", destacou o jornal francês Liberation, apontando que não foram preenchidas as condições exigidas pela Constituição para que alguém se torne ministro do STF: "saber jurídico notável" e "reputação ilibada". Antes da confirmação, o jornal espanhol El Mundo registrou: "Um candidato ao Supremo brasileiro plagiou um livro de um ex-presidente do Conselho de Estado espanhol".

A popularidade de Temer continua despencando. Antes e durante o Carnaval, o "Fora Temer" esteve em alta. O enérgico discurso do escritor Raduan Nassar, ao receber o prêmio Camões, indica que um vasto setor da intelectualidade não engoliu e não aceitará o golpe, nem dará trégua aos golpistas. A destemperada reação in loco do ministro Roberto Freire (PPS), da Cultura, um antigo áulico dos tucanos, comprova que a denúncia permanente do golpe, a "narrativa antigolpista", é um acerto político da esquerda e dos movimentos sociais e não deve ser abandonada.

Outro problema importante para o governo golpista é a situação de quase colapso financeiro e administrativo de alguns Estados que embarcaram, de modo totalmente irresponsável, em programas de isenção de impostos para setores empresariais privilegiados, caso tipicamente do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Ou que adotaram programas de "ajuste" draconianos, como o Rio Grande do Sul.

No caso do Rio de Janeiro, o governo federal está sequestrando créditos e negando empréstimos, em prejuízo da população. O ministro Henrique Meirelles, da Fazenda, impôs como moeda de troca da ajuda federal a privatização da Cedae, empresa estadual de águas e esgotos. A medida foi aprovada pela Assembleia Legislativa, mas encontrou resistências até em partidos de direita. Em meio à situação caótica de atraso nos pagamentos de servidores estaduais, as Polícias Militares se amotinaram, o que forneceu um pretexto para que os governadores pedissem, e os golpistas aceitassem, que as Forças Armadas fossem colocadas nas ruas, para fazer o policiamento.

## Fator Lula

Em meio a tudo isso, uma péssima notícia para o bloco golpista: perseguido, vilipendiado, ofendido, processado, mesmo assim Lula lidera a disputa presidencial de 2018. Pesquisa CNT/MDA divulgada em 15 de fevereiro revela o ex-presidente na frente em todos os cenários, tanto no primeiro como no segundo turno. É o receio das presidenciais de 2018 e de uma "volta por cima" do PT que explica a implacável perseguição que o juiz federal Sérgio Moro, de Curitiba, chefe da Lava Jato, move contra Lula. Ao convocá-lo para depor, Moro não respeitou sequer o luto de Lula por Marisa, o que revela não apenas pequenez, mas desrespeito por direitos básicos da cidadania.

Desse modo, o "fator Lula" — por seu simbolismo e por sua capacidade de aglutinação — representa um contraponto e uma ameaça ao projeto golpista. A defesa de Lula, assim, tem de ser uma firme prioridade do bloco antigolpista, paralelamente à defesa da democracia e dos direitos sociais e à incansável denúncia do golpe. Faz todo sentido, portanto, a campanha "Brasil, Urgente, Lula Presidente". ★

---

***Pedro Pomar** é jornalista e militante do PT.

# Fala Gabrielli

*Nesta entrevista ao Página 13, o militante petista e ex-presidente da Petrobrás fala da trajetória da empresa e da geopolítica mundial do petróleo*

Foto: José Cruz/ABr

*Ségio Gabrielli, ex presidente da Petrobras*

**Página 13.** Antes de começar a entrevista, peço que voce fale de voce, de sua trajetória pessoal, profissional e militante.

**Sérgio Gabrielli.** Iniciei como militante da esquerda contra o governo militar, participei dos primeiros movimentos de formação do Partido dos Trabalhadores na Bahia, organizando alguns diretórios e formulando propostas para as questões regionais, macroeconomia e desenvolvimento. Sou sindicalista da categoria de professores universitários, participei da fundação da CUT e de disputas para a política cientifica no país. Sou Doutor em Economia, participei da equipe de transição do primeiro governo Lula e fui escolhido para ser Diretor Financeiro da Petrobras, vindo posteriormente a ser seu presidente de 2005 a fevereiro de 2012. Hoje sou professor universitário aposentado.

**Página 13.** Qual era a situação da Petrobrás, quando voce deixou a presidência da empresa?

**Sérgio Gabrielli**. Uma empresa integrada ("do poço ao poste"), ampliando sua participação na petroquímica, biocombustíveis, fertilizantes e geração elétrica, com um gigantesco e desafiador programa de investimentos, combinando a expansão da exploração e produção do pré sal, com a consolidação da integração dos vários segmentos de negócio. Centro de uma política industrial que buscava consolidar uma cadeia de suprimentos para a indústria de petróleo e gás com conteúdo nacional, de forma a gerar emprego e renda em segmentos distintos da atividade exploratória dos hidrocarbonetos. A principal fonte de financiamento era a geração própria de caixa, mas o endividamento começa a crescer, aumentando a exposição da Petrobras aos riscos cambiais e de preços de derivados. A maturidade dos investimentos no refino colocava limites na expansão dos investimentos que atingiram seu pico em 2011, começando a declinar.

**Página 13.** O que ocorreu com a Petrobrás, no período Graça Foster e no período seguinte, até o golpe?

**Sérgio Gabrielli**. A ênfase do programa estratégico voltou-se para a execução dos projetos em andamento, buscando administrar os atrasos e superações de orçamentos. Os conflitos com os fornecedores começaram a se intensificar. A maior rigidez das medidas de Segurança, Meio Ambiente e Saude (SMS), posteriormente ao acidente do Deep Horizon, no Golfo do México, impactou a curva de produção com mais e maiores paradas de manutenção e estabilidade da produção, principalmente levando em conta uma aceleração do declínio da produção madura da bacia de Campos.

**Página 13.** Qual foi o impacto, até agora, do golpe sobre a Petrobrás?

**Sérgio Gabrielli**. Quebra dos canais de interlocução com vários públicos de interesse. Ênfase na solução de curto prazo das questões financeiras. Aceleração dos programas de Desligamento Voluntário, com a redução significativa da força de trabalho. Programa de desinvestimentos que foca a atividade da empresa na Exploração e Produção do Pré Sal, vendendo ativos de outras áreas e capturando os ganhos monetários para redução de alavancagem, pagamento das dívidas e equacionamento das relações com os credores.

**Página 13.** Se não for impedido, onde a gestão Parente quer chegar?

**Sérgio Gabrielli**. Uma empresa dedicada ao desenvolvimento da Cessão Onerosa, focada no E&P, abandonando o papel de centro da política de desenvolvimento industrial, desfazendo-se de seus ativos não diretamente vinculados as atividades principais.

**Página 13.** A crise de 2008 é um marco na situação mundial. Isto vale também para a geopolítica do petróleo?

**Sérgio Gabrielli**. Sim. Algumas questões específicas tornaram-se claras no setor, depois da crise do sistema financeiro internacional: ajuste da produção americana e papel da OPEP.

A economia americana era dependente de petróleo gás natural importados e, com a manutenção dos preços altos, há uma deliberada política de estimular a utilização de tecnologias para a produção de shale gas, tight oil e o condensado leve associado que tornou os EUA em país exportador de Gás Natural e importador marginal de petróleo, substituído por um enorme crescimento da produção nacional.

Os produtores americanos são pequenas e médias empresas que se aproveitaram das baixas taxas de juros posteriores a 2008 para financiar as atividades de perfuração e completação de poços, acelerando a produção do pais, mesmo que a custos mais altos. Os custos ambientais também começaram a crescer. A produção americana se aproveita da existência de um setor de fornecimento de equipamentos e serviços amplo e bem flexível existente nos EUA, de uma rede de gasodutos e oleodutos com capacidade ociosa nas mesmas áreas em que a produção de

petróleo e gás não convencional ocorrem e de taxas de juros baixas que permitem o sistema financeiro continuar bancando a perfuração de poços, ainda que não completados e portanto não afetando a produção no curto prazo, mas com rápida condição de entrar em atividade. No longo prazo, a produção americana tende a ter um declínio acelerado, uma vez que a taxa de declínio de cada campo é muito acelerada, exigindo continua atividade de perfuração e completação. Estima-se que no início dos próximos anos 20 haverá a necessidade de novas fontes de produção para atender a demanda dos EUA.

A Arábia Saudita, que vinha desempenhando, desde 1973 o papel de equilibrador do mercado mundial, ajustando sua produção aos afastamentos e aproximações entre oferta e procura mundiais, decidiu, a partir de finais de 2014 abandonar este papel. Decidiu disputar mercados, deslocando os produtores com maiores custos (EUA, areias betuminosas do Canada e águas profundas) do mercado internacional com sua própria produção com custos menores.

Esperava a Arábia Saudita e a OPEP que a produção americana não resistisse a pressão dos preços declinantes e reduzisse rapidamente sua produção, sendo substituída no mercado pela produção da OPEP, ainda que houvesse dificuldades com o Irã, depois do fim do bloqueio americano e o Iraque, com um agressivo plano de expansão de sua produção. Os preços desabaram em 2015 mas a produção americana caiu muito menos do que o esperado, bastando um frágil acordo da OPEP e a Rússia para que os preços parassem de cair e iniciassem uma trajetória de crescimento.

Em relação ao Brasil, a maioria das avaliações sobre o futuro da indústria colocam o pais entre as três principais contribuições de petróleo novo no mundo depois de 2020. Os outros dois países fora da OPEP serão os EUA e o Canada. Isto coloca a produção brasileira, especialmente o pré-sal como um dos grandes alvos para o enfrentamento das questões referentes aos novos centros de produção para substituir o declínio da produção nacional dos EUA na segunda década deste século. Para isto ocorrer, devido ao longo prazo de maturação dos projetos do setor, há a necessidade de acelerar em 2017-2018 o acesso a novas áreas do pré sal para que as unidades de produção se instalem e a produção comece a ocorrer depois de 2020. Isto tem um significado muito maior para o fornecimento aos EUA do que a necessidade de garantia da produção brasileira, que tem reservas suficientes hoje para mais de 14 anos de produção.

**Página 13.** Neste contexto, a eleição de Trump significa o que e pode implicar no quê?

**Sérgio Gabrielli**. O Trump escolheu pessoas diretamente relacionadas ao petróleo para assumir cargos importantes de seu governo, como o ex-Presidente da Exxon como seu Secretario de Estado. Por outro lado, na primeira semana de seu governo ele autorizou a construção de dois dutos que permitirão a expansão da produção do Canadá e afetarão a precificação do petróleo utilizado no pais. Tudo indica que, diferente de Obama, Trump facilitará o crescimento da indústria de petróleo no pais, ao mesmo tempo em que sua política nacionalista deverá agravar os conflitos internacionais que, como sempre em que a oferta se aproxima da demanda mundial de petróleo, provocam grandes movimentações de preços, desequilíbrios recorrentes e disputas geopolíticas para garantir o acesso as novas áreas exploratórias.

**Página 13.** Para completar, um exercício de futurologia e otimismo: vamos supor que neste ano de 2017 haja eleições presidenciais antecipadas e Lula seja vitorioso. E vamos supor que voce seja convidado a voltar para a presidência da Petrobrás. Qual seria o teu plano?

**Sérgio Gabrielli**. Não gostaria de especular sobre o futuro. ★

# Reforma maldita discrimina, penaliza mais pobres e perpetua injustiças

*Antonio Eduardo e Ana Lídia**

A reforma da Previdência Social encaminhada pelo governo ilegítimo, em 5 de dezembro do ano passado, ao Congresso Nacional é um duro golpe contra a classe trabalhadora, do setor público e privado, mas é ainda mais nociva às mulheres, professores e trabalhadores rurais, assim como aos idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. O conjunto de medidas apresentado é discriminatório, cruel, penaliza os mais pobres e perpetua as injustiças e desigualdades sociais em nosso País.

Além de elevar a idade mínima da aposentadoria de homens e mulheres para 65 anos e fixar o tempo mínimo de contribuição em 25 anos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 287/2016), determina que necessário trabalhar 49 anos para ter acesso a aposentadoria integral. Isso significa que um jovem que começa a trabalhar no setor privado aos 25 anos somente terá direito à aposentadoria integral aos 74 anos. Significa ainda que um jovem que ingressa no mercado de trabalho no serviço público aos 29 anos não terá direito à aposentadoria integral, pois será aposentado compulsoriamente aos 75 anos de idade, antes de completar 49 anos de contribuição.

Trata-se de uma reforma continuada. À medida que a expectativa de sobrevida relativa aos 65 anos de idade cresça um ano inteiro, a idade mínima de aposentadoria também será elevada em um ano sem a necessidade de uma nova emenda constitucional, podendo ultrapassar 70 anos de idade. A justificativa dada para impor essa idade foi que a expectativa de vida dos brasileiros aumentou nos últimos anos, o que tem onerado o fundo previdenciário.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida é de 75,4 anos na população em geral e de 79,1 anos para as mulheres. No entanto, como toda média no Brasil, esse dado significa praticamente nada. Isso porque o país é marcado por extrema desigualdade. Se analisarmos os dados por estado, existe uma diferença de 8,4 anos entre a maior expectativa de vida, registrada em Santa Catarina, e a menor, no Maranhão. Enquanto a esperança de vida dos catarinenses é 79 anos, para os maranhenses é 70,6 anos. A discrepância comprova o retrato das diferenças entre as regiões do Brasil.

Na Região Sul, a expectativa de vida está em 77,8 anos, a maior do Brasil, no Nordeste, onde fica o Maranhão, é 73 anos, a segunda mais baixa do país. A Região Nordeste fica atrás somente do Norte, onde o tempo médio de vida dos brasileiros é 72,2 anos. Rondônia, Roraima e Amazonas puxam o indicador para baixo, com expectativa de vida respectivamente de 71,3 anos, 71,5 anos e 71,9 anos. No Nordeste, apesar de o Maranhão ter a menor expectativa do Brasil, estados como Paraíba (73,2 anos), Bahia (73,5 anos) e Ceará e Pernambuco (73,9 anos) ajudam a melhorar o índice.

A situação torna-se ainda mais desigual quando é avaliada a expectativa de vida por municípios. Se a idade mínima passasse a valer hoje, em 19 municípios, onde a esperança de vida é, em média, de 65 anos, os trabalhadores simplesmente não se aposentariam. Eles passariam a vida toda trabalhando. Morreriam antes de garantir o direito ao benefício. Todos os municípios com a menor expectativa de vida ficam no Nordeste. São eles: Cacimbas (PE), Roteiro (AL), Olho D' Água Grande (AL), Mataraca (PB), Joaquim Nabuco (PE), Poção (PE), Olivença (AL), Juripiranga (PB), Paulo Ramos (MA), Brejo de Areia (MA), Areia de Baraúnas (PB), Brejinho (PE), Bacuritiba (MA), Boa Vista do Gurupi (MA), Jurema (PE), Palmeirinha (PE), Jucati (PE), Manari (PE) e Cuité de Mamanguape (PE).

Em outros 63 municípios, cuja expectativa de vida é, em média, 66 anos, as pessoas usufruiriam da aposentadoria por cerca de apenas um ano. Os dados são do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado em 2010 e divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013. O documento é elaborado a cada dez anos.

**Trabalhadores rurais e professores** - A PEC 287/16 acaba com a aposentadoria especial de professores da educação bási-

ca, policiais civis e federais, que somente poderão se aposentar com 65 anos de idade e 25 anos de contribuição. Para terem direito à aposentadoria integral, também terão de trabalhar durante 49 anos. A proposta exclui os militares do pacote de maldades.

Os trabalhadores rurais perdem o status de segurados especiais e também são submetidos à idade mínima de 65 anos e ao tempo mínimo de contribuição de 25 anos. Um projeto de lei fixará sua alíquota de contribuição obrigatória. Isso pode representar o fim da aposentadoria para os trabalhadores rurais, que enfrentarão imensas dificuldades para contribuir mensalmente e poderão desistir da contribuição e da aposentadoria.

As mulheres, obrigadas pela cultura do patriarcado à tripla jornada de trabalho, sujeitas à desigualdade de renda e à violência sexista no mercado de trabalho, não poderão mais se aposentar antes dos homens. Pela lei atual, as mulheres se aposentam com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, ou seja, terão que trabalhar ao menos 10 anos mais.

Mas o golpe mais duro atinge idosos e pessoas com deficiência com renda mensal familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo, que hoje têm direito ao Benefício de Prestação Continuada no valor de um salário mínimo. A reforma da previdência do governo ilegítimo amplia a idade mínima dos idosos para acesso ao benefício de 65 para 70 anos e desvincula o Benefício de Prestação Continuada – assim como as pensões – do salário mínimo. Isso significa que muitos idosos em situação de vulnerabilidade vão morrer antes de terem direito ao benefício em virtude da ausência de assistência social. Significa ainda que o benefício será inferior a um salário mínimo.

No que diz respeito à pensão por morte, o seu valor passará a ser 50% do que o segurado recebia ou tinha direito a receber, mais 10% por dependente, até o limite de 100%. Uma viúva somente terá direito à pensão integral se tiver no mínimo 4 filhos dependentes, e perderá o direito à pensão integral à medida que os filhos completem 21 anos e deixem por isso de ser dependentes. Quem tem direito à aposentadoria e simultaneamente à pensão por morte terá de optar por um dos benefícios, que não poderão mais ser acumulados.

A aposentadoria por invalidez, tratada na PEC como aposentadoria por incapacidade, somente será integral em caso de acidente de trabalho. Nos demais casos, o benefício será proporcional ao tempo de contribuição. Como o auxílio-doença não é regulamentado pela Constituição, a PEC não altera as regras em vigor, que deverão ser alteradas via projeto de lei.

Outra mudança que vai afetar diretamente os servidores públicos é o fim da integralidade e da paridade, que hoje são aplicadas à aposentadoria dos servidores que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003. Com a reforma, somente homens com 50 anos ou mais e mulheres com 45 anos ou mais que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 terão direito à integralidade e à paridade. A integralidade garante que o servidor aposentado tenha remuneração equivalente à de quando ocupava cargo efetivo, enquanto a paridade garante que tenha os mesmos reajustes dos trabalhadores que estão na ativa.

A reforma não afeta quem já se aposentou nem quem já cumpriu os requisitos para aposentadoria até a aprovação da PEC. Ela, no entanto, penaliza os trabalhadores que estão próximos ao direito de assegurar o benefício. A regra de transição estabelece que homens com 50 anos ou mais e mulheres com 45 ou mais poderão se aposentar de acordo com a legislação atual, mas terão de pagar uma espécie de pedágio: o tempo de contribuição que faltava para a aposentadoria será acrescido em 50%. Se faltavam 2 anos para determinado trabalhador se aposentar, ele terá de trabalhar 2 anos mais 1 ano (50% do tempo que faltava); se faltavam 4 anos, ele terá de trabalhar 4 anos mais 2 anos; e assim por diante.

A instituição do regime de previdência complementar e a fixação do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social como teto dos benefícios a serem pagos por regimes próprios será obrigatória, devendo ser cumprida pelos entes federados no prazo máximo de 2 anos. Além disso, o regime de previdência complementar não precisará mais ser operado por entidade fechada de previdência complementar de natureza pública, acentuando o processo de privatização da previdência.

Na prática, a população mais pobre e com baixa expectativa de sobrevida perderá o direito à aposentadoria, quem tem condições vai apelar para a previdência privada e o maior sistema de distribuição de renda do nosso país será progressivamente desmontado.

A rigidez das novas regras poderá fazer, por exemplo, que os jovens se sintam pouco atraídos a contribuir. Afinal se não vou usar e não vou aposentar, por que pagar se a expectativa é trabalhar para não receber? Fatores como a saída do público jovem da base de contribuintes e mudanças nas relações de trabalho que levam à menor formalidade, como a terceirização, podem causar uma queda brutal da receita da Previdência Social já que o sistema é sustentado pelo trabalhador ativo e pela sociedade. Isto inviabilizaria a previdência.

**Falácia do rombo** - Um dos mais fortes argumentos para a reforma é que o sistema não possui perspectivas de aumento devido ao envelhecimento da população. Contudo, de acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), não existe déficit.

Os auditores têm alertado que o governo está ignorando a Constituição Federal

ao afirmar tais déficits. Um outro absurdo, segundo a Anfip, é utilizar da Desvinculação de Receitas da União (DRU), Emenda Constitucional 93/2016, para transferir o superávit da Seguridade Social e cobrir outras despesas.

A associação divulga todos os anos os dados da Seguridade Social e, mesmo em meio à crise financeira, os superávits são sucessivos: saldo positivo de R$ 59,9 bilhões em 2006; R$ 72,6 bilhões em 2007; R$ 64,3 bilhões, em 2008; R$ 32,7 bilhões, em 2009; R$ 53,8 bilhões, em 2010; R$ 75,7 bilhões, em 2011; R$ 82,7 bilhões em 2012; R$ 76,2 bilhões em 2013 e R$ 53,9 bilhões, em 2014.

Em 2015, não foi diferente. O investimento nos programas da Seguridade Social, incluídos aposentadorias urbanas e rurais, benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde, entre outros, foi de R$ 631,1 bilhões, enquanto as receitas da Seguridade foram de R$ 707,1 bilhões. O resultado, mais uma vez positivo, foi de R$ 24 bilhões. O saldo positivo, em 2015, aconteceu num ano repleto de dificuldades econômicas, o que mostra a força do sistema de Seguridade Social.

**Sem consenso** - Em nenhum lugar do mundo um pacote de maldades como este e um ataque tão duro ao conjunto da classe trabalhadora foi imposto à sociedade sem produzir reação social. O governo ilegítimo sabe que está indo longe demais e acelera justamente para reduzir o tempo necessário à organização da reação. Na Câmara Federal, a reforma tem como relator o deputado Arthur Maia (PPS-BA). O presidente da Comissão Especial que analisa a proposta é o deputado Carlos Marun (PMDB-MS).

A PEC não tem consenso nem entre a base de sustentação do governo. Deputados que integram a tropa de choque de Michel Temer dão sinais de que não estão totalmente coesos. Em encontros da comissão deputados de partidos governistas já mostraram que não estão tão dispostos a defender as regras propostas pelo Executivo. No colegiado, parlamentares aliados ao governo ilegítimo já pediram mudanças no texto ou fizeram declarações públicas contra a reforma.

Embora com problemas, o governo ilegítimo insiste para que a proposta seja aprovada rapidamente. O relator e o presidente da comissão já deram declarações afirmando que pretendem votar a PEC no colegiado em abril próximo. No Senado, onde a proposta também será analisada, caso não seja derrotada na Câmara dos Deputados, um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) está em andamento para investigar a real situação da Previdência Social. As assinaturas são coletadas pelo mandato do senador Paulo Paim (PT-RS), que diz já ter conseguido as assinaturas necessárias para abrir a comissão. O governo ilegítimo pressiona para que parlamentares recuem e retirem a assinatura do documento,

**Resistir e ocupar** - Enquanto o governo ilegítimo apressa o passo e tenta a todo custo impor sem diálogo e debate junto a sociedade a cruel reforma da previdência, a classe trabalhadora se organiza e vai as ruas. É fato que a PEC amplia as condições objetivas para a construção de uma ampla mobilização social em defesa dos direitos sociais, da manutenção dos direitos dos trabalhadores, da democracia e de eleições diretas para presidente. Como parte do calendário, no dia 15 de março será realizado o Dia Nacional de Paralisação Contra a Reforma da Previdência. Resistir e ocupar as ruas ao lado da Frente Brasil Popular e da Frente Povo sem Medo é a única saída para milhares de trabalhadores barrarem esse golpe contra a classe. ★

*Capa do jornal da CUT-RS censurado pela Justiça gaúcha.*

---

***Antonio Eduardo** é militante do PT-SP. **Ana Lídia Aguiar** é militante do PT São Paulo. Este texto baseia-se quase integralmente em artigo escrito por **Bruno Costa,** com sugestões de **Adriana Miranda.**

# Farsa e tragédia

*Emilio Font**

Em 2003, quando assumiu pela primeira vez o Governo do Estado, Paulo Hartung encontrou uma situação financeira caótica, com salários de funcionalismo e pagamento de fornecedores atrasados, dívidas e outros desmandos. Para equacionar minimamente e rapidamente a situação recorreu ao então presidente Lula que antecipou ao Espírito Santo os recursos oriundos dos royalties do petróleo.

Ardiloso, Paulo Hartung atribui somente para si a "mágica" de "resolver" a situação financeira do Estado de forma tão rápida, ocultando, com o apoio da mídia local, a participação do Governo federal e do presidente Lula e se auto vangloriando da condição de "bom gestor".

## A Farsa

Já em 2015, quando assume pela terceira vez o Governo Estadual, a situação é diferente. Razoavelmente equilibradas, as finanças públicas dispensam aporte extraordinários significativos e um ajuste rigoroso. Mas para Paulo Hartung era necessário fazer três movimentos: desgastar a imagem de seu antecessor, Renato Casagrande do PSB; reafirmar a sua condição de "bom gestor" e ganhar folga de caixa para adotar um política de renuncias e isenções fiscais que beneficiam grandes empresas, cujas identidades são ocultadas da sociedade e que ultrapassam os 4bilhões de reais nos quatro anos de gestão (ver box).

Começa então, mais uma vez com apoio da mídia local e ainda durante a campanha, a construir uma narrativa sobre um suposto rombo nas contas públicas estaduais, fato que jamais seria comprovado pelos números. Frente ao suposto "rombo" ao assumir o Governo inicia uma série de cortes em áreas sensíveis e vitais à sociedade como saúde, educação, meio ambiente, agricultura, turismo e inclusive segurança. Enfim, uma verdadeira farsa pela qual os capixabas pagariam um preço elevado.

## A tragédia

Vítima dos cortes orçamentários, assim como outros setores do funcionalismo público, os policiais militares amargam quatro anos sem qualquer recomposição salarial, mas não só: são obrigados a conviver com péssimas condições de trabalho, onde faltam até coletes à prova de bala, combustível para as viaturas e cujos soldados ostentam nos seus contra cheques os menores salários entre todos os policiais do país.

*Manifestação de esposas e familiares em apoio ao movimentos, Vila Velha*

Com dificuldade de interlocução com o governador, chamado também de "imperador" pela forma autoritária e prepotente com que se relaciona com outros interlocutores, e de forma a pressionar uma negociação, os policias militares articulam com esposas e familiares piquetes nas portas dos quartéis, impedindo a saída dos policiais, o que atingiu praticamente 100% dos membros da corporação, adotando uma tática que buscava contornar a proibição constitucional imposta aos policiais de fazerem greves e paralisações.

O que se viu logo em seguida foi de conhecimento nacional e internacional. Porém frente ao sensacionalismo exacerbado da mídia são necessárias algumas considerações.

Não é de hoje que o Espírito Santo convive com a violência, há anos municípios da grande Vitória mostram indicadores que os colocam entre os mais violentos do país, em especial no tocante a morte de jovens/negros e violência contra as mulheres.

Violência que faz parte do cotidiano das periferias e bairros pobres, mas que desta vez se alastrou para áreas comerciais, centrais e mesmo bairros residenciais que tradicionalmente possuem baixos índices de violência, o que colaborou de forma determinante para a repercussão dos fatos.

Em linhas gerais, não seria exagerado afirmar que o Espírito Santo viveu uma espécie de estado de sítio, com a população trancada em suas casas e todas as atividades públicas e privadas paralisadas, fazendo com que diversos municípios aparentassem nos espaços públicos uma situação de "cidade fantasma".

O número de mortes oficial é de 199, mas estima-se que beiram os 300. O número real jamais será conhecido, seja pelos interesses envolvidos, seja pelas dificuldades reais em precisar o número de vítimas em condições similares a uma guerra. Seja como for, um número elevadíssimo e inédito no estado e que revela, também, outro aspecto que é a ausência de uma política de segurança pública combinada com outras políticas públicas eficazes, que consigam reduzir os índices históricos de violência no Estado. Mesmo considerando a importância do papel da Polícia Militar na segurança publica, não é aceitável que sua ausência, por si só, resulte em um cenário tão trágico.

## A reação do governo estadual

No sábado, dia 4 de fevereiro, dia da eclosão do movimento, Paulo Hartung encontrava-se fora do Estado, em tratamento

de saúde. Quem assume a imagem e resposta pública não é seu vice e governador em exercício Cesar Colnagno (PSDB), mas o Secretário de Segurança Pública André Garcia, condenando fortemente o movimento e mantendo-se intransigente em abrir qualquer negociação com as esposas e familiares.

Paulo Hartung retorna ao estado dia 7 e no dia 8 faz uma declaração à imprensa, colocando-se na condição de vítima, chamando de "chantagem" a paralisação dos policiais militares e reafirmando a impossibilidade financeira de conceder qualquer reajuste.

Rapidamente, porém, sai de cena e a "cara" pública volta a ser a do Secretário André Garcia, que inicia uma negociação na qual não cede absolutamente nada aos policiais militares. Com dificuldades organizativas, falta de experiência e lideranças, o movimento começa a perder força e oficialmente encerra-se no dia 25 de fevereiro, em uma longa reunião no Ministério Público do Trabalho.

Passado o auge da crise Paulo Hartung opera para limpar sua imagem, buscando culpados (ou bodes expiatórios) começa a adotar ações de perseguição aos membros da corporação, com a instauração de centenas de inquéritos; persegue Policiais Militares de alta patente, acusados de incitação ao movimento; extingue agrupamentos, como o Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam), criado por ele próprio em 2009; espalha factoides sobre ameaças de bombas e de morte ao seu Secretário; tudo de certa forma construindo uma narrativa de criminalização do movimento, algo que tem se tornado rotina no país.

Nas últimas semanas envolve outros políticos, entre eles os deputados federais Jair Bolsonaro do RJ e Carlos Manato do ES, cuja participação real é difícil de identificar, mas cuja citação tem claramente o objetivo de desviar o foco sobre si mesmo.

## A confusão na militância de esquerda

Logo após a eclosão do movimento, o debate sobre a situação dominou as redes sociais. Na militância de esquerda, em especial, reina uma enorme confusão. Muitas vítimas da repressão dessa mesma Policia Militar em situações similares e

*Manifestação conjunta entre Policiais Civis e Militares em frente ao quartel da PM em Vitória*

mesmo cientes da tradição de violência e de desrespeito aos Direitos Humanos por parte da corporação passam a atacar o movimento, questionam a tática utilizada (esposas e familiares fazendo piquetes) e reclamam de uma suposta covardia dos PMs em enfrentar a legalidade vigente. Relembram que somos contra a existência de policias militarizadas e questionam até o fato de que a principal vítima do movimento estava sendo a população capixaba. Enfim, utilizam-se diversos argumentos que se arrolados em sua totalidade não caberiam neste artigo.

Cabe frente a essa confusão reafirmar alguns posicionamentos que não esgotam o assunto, mas que são importantes:

1.As reivindicações dos PMs são absolutamente legitimas. O fato de sermos contra a militarização da polícia (muitos deles também são) e seu histórico violento e repressor não retiram a legitimidade de suas reivindicações, lembrando que quando se fala em desmilitarização não se fala em extinção da Policia;

2.Questionar a tática utilizada (piquetes de mulheres e familiares), exigindo que os PMs confrontassem a legalidade e atuassem na ilegalidade, é uma postura absolutamente equivocada. O próprio movimento social e de esquerda é confrontado cotidianamente com situações no limite da legalidade e decide em conformidade com as circunstâncias e a conjuntura. Não se trata de um princípio e cabe ao próprio movimento avaliar;

3.O contexto desse movimento é o mesmo, ou até mais grave, pelo qual passa boa parte da própria classe trabalhadora, um contexto de arrocho salarial, perda de direitos, deterioração das condições de trabalho, contexto imposto por políticas de ajuste contra as quais é legitimo se contrapor;

4.Quanto aos efeitos sobre a população, cabe lembrar que movimentos paredistas em áreas essenciais do serviço público, tais como saúde, educação e transporte, também possuem um potencial de causar transtornos consideráveis à população e nem por isso nos colocamos contra esses movimentos. Já dissemos anteriormente que o número de vítimas decorre não apenas da ausência do policiamento, mas de um conjunto de fatores de responsabilidade dos governos. Atribuí-las somente a ausência de policiamento é contraditório, inclusive, com as políticas defendidas pela esquerda.

## O PT-ES sendo o PT-ES,ou seja, nada

Frente a uma situação de tamanha gravidade, era esperado uma reação ou um posicionamento do Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo. Pois bem: a reação foi nenhuma. De certa forma é simples entender essa situação do PT-ES.

Diferente do que se possa crer, o PT no estado do ES não se comporta mais como uma partido no sentido amplo e clássico do termo, ou seja, como uma organiza-

ção política que defende um projeto de sociedade e que para tanto almeja chegar aos governos e ao o poder. Hoje o PT-ES trata-se de uma organização comandada por um grupo de políticos cujo objetivo prioritário é apoiar e defender incondicionalmente Paulo Hartung, suas políticas e seu projeto, em troca de um punhado de cargos no governo.

Não resta outra explicação, afinal Paulo Hartung foi eleito pelo PMDB mas apoiando Aécio Neves para presidente, em coligaço com PSDB(Vice) e DEM, defendeu o Golpe, é base de sustentação de Temer e aplica no estado o mesmo receituário dos golpistas: ajuste fiscal e autoristarismo.

Assim, em situações como a que analisamos, não há sentido ou qualquer motivação por parte destes políticos tradicionais que hoje dirigem PT-ES, no sentido de adotar um posicionamento.Pelo contrário, exceto por ordem de Paulo Hartung o PT-ES fez o que deveria fazer: nada. ★

***Emilio Font** é militante do PT-ES.

## O escândalo das renúnciais fiscais

*Durante a maior parte da primeira Era Hartung, entre 2004 e 2010, o Estado abriu mão de arrecadar R$ 19,83 bilhões em ICMS por conta dos benefícios do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado (Invest-ES). Um valor equivalente a arrecadação do tributo em metade dos dois mandatos do peemedebista (as receitas foram de R$ 19,03 bilhões entre 2004 e 2007).*

*Hoje, o valor que deixa de ser recolhido através dos benefícios do fiscal do Invest-ES não é mais sequer conhecido, restando apenas o dado sobre a renúncia dos chamados Contratos de Competitividade (Compete-ES) , cuja legalidade é discutida na Justiça. Somente em 2016, estima-se que o governo Hartung deixou de arrecadar R$ 1,03 bilhão em impostos. Esse valor deve subir mais de 6% até 2018, quando as renúncias fiscais devem atingir R$ 1,1 bilhão, maior patamar de toda história.*

*Até o fim de 2019, a previsão é de que o Estado vai abrir mão de R$ 4,3 bilhões, valor que motivou o pedido de impeachment de Hartung por entidades civis e sindicatos de trabalhadores. É claro que o processo foi devidamente arquivado na Assembleia Legislativa, que assiste calada à farra dos benefícios fiscais no Espírito Santo. Os demais órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas e o próprio Ministério Público Estadual (MPES), também fazem pouco caso do assunto.*

# Prendemos muito e mal?

***Suelen Aires Gonçalves****

Chegamos ao número de 622.202 pessoas presas, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), divulgado em 2016, apresentando dados relativos ao mês de dezembro de 2014.

Segundo o estudo, o Brasil conta com a quarta maior população penitenciária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos (2.217.000), China (1.657.812) e Rússia (644.237). Entre os detentos brasileiros, 40% são provisórios, ou seja, não tiveram condenação em primeiro grau de jurisdição. Sobre a natureza dos crimes pelos quais estavam presos, 28% dos detentos respondiam ou foram condenados por crime de tráfico de drogas, 25% por roubo, 13% por furto e 10% por homicídio.

As condições da população carcerária no Brasil são caóticas. Acompanhamos diariamente as denúncias referentes à superlotação das celas, a baixa qualidade da alimentação, aos atos de barbárie, como os vivenciados no corrente ano.

Se considerada apenas a taxa de encarceramento feminino, a participação saltou de saltou de 13,58 em 2005 para 32,25 detentas por 100 mil habitantes em 2014. Mas o sistema prisional é pensado pela lógica masculina, sem levar em consideração as especificidades da mulher em situação de encarceramento. Como exemplo, a falta de local específico para mulheres gestantes, a falta de creches, as visitas íntimas que não são vistas como um direito dentro do presídio feminino, entre outras necessidades

Como afirmava, já em 2007, a Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude, "a mulher presa no Brasil hoje é jovem, mãe solteira, afrodescendente e na maioria dos casos, condenada por envolvimento com tráfico de drogas (ou entorpecentes). Segunda a citada pesquisa do Infopen, grande parcela da população carcerária feminina foi presa por tráfico de drogas.

Sobre a questão racial, a autora Lília Mortiz apresenta um cenário através de várias estatísticas em "Racismo no Brasil" (2001). A população negra tem menos acesso aos direitos básicos. E a maioria dos assassinatos acontece com a juventude negra. A participação de negros e negras na população carcerária é maior do que sua participação na população em geral.

Necessitamos avançar na luta contra a discriminação e a opressão, através da formulação de políticas públicas que alcancem também esses segmentos mais estigmatizados da nossa sociedade: a população carcerária. ★

***Suelen Aires Gonçalves** é militante do PT e mestranda em Ciências Sociais na PUC-RS.

# Edegar presidente

*Nesta entrevista concedida a Adriano Oliveira, o deputado Edegar Pretto, recém empossado Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, apresenta seus planos de atuação*

Foto Marcelo Bertani - Agência ALRS

**Página 13.** Como foi o processo que levou-o a assumir a presidência da ALRS?

**Edegar Pretto.** Aqui na Assembléia Legislativa tem um acordo chamado de acordo da gestão compartilhada, que vem desde 2007, que estabelece que as quatro maiores bancadas que tem assento aqui na casa presidam a mesma por um ano. A bancada do Partido dos Trabalhadores, nas últimas cinco legislaturas, vem sendo a maior bancada. Ainda hoje somos a maior bancada que tem aqui na casa legislativa. Portanto nós não fizemos nenhum acordo que não seja muito claro. Nós conquistamos o direito do Partido dos Trabalhadores estar neste acordo. E eu recebi a grata tarefa, indicado pelos companheiros e companheiras da bancada do PT, para representar a bancada do partido neste ano de 2017, que ficou como a vez de o Partido dos Trabalhadores exercer a presidência da ALRS. E estamos trabalhando bastante para sermos merecedores desta indicação que o nosso partido nos fez.

**Página 13.** Quais seus principais projetos com presidente da ALRS?

**Edegar Pretto.** É importante deixar muito claro que a ALRS não vive um regime presidencialista, aqui o presidente não tem amplos poderes como tem o presidente da Câmara dos Deputados, onde o presidente pode por sua vontade estipular a ordem das votações e quais serão as matérias que serão levadas até o plenário. Além do regimento interno que tem normas muito claras, aqui nós temos o colégio de líderes, onde cada bancada indica um líder e ali se exerce, democraticamente, o papel da maioria nas questões políticas que dizem respeito aqui a casa legislativa. Para as questões administrativas, aqui na casa tem a mesa diretora, que o acordo da gestão compartilhada estipulou que todas as bancadas participam. Mesmo bancadas com um deputado só, através de um rodízio, pelo menos um ano, participam dessa mesa diretora. Então nós temos normas aqui na casa que estamos comprometidos em continuar cumprindo.

É claro que o presidente do legislativo pode estipular qual a relação que ele terá com a sociedade aqui no estado. E é aí que nós vamos agir. Nós estamos conversando com todos os movimentos sociais do campo e da cidade, com as organizações sociais, com as federações dos trabalhadores. Conversamos também com boa parte das federações dos empresários. Já visitamos todos os presidentes dos poderes, menos o chefe do executivo. Eu não fui visitar ainda o governador porque há uma praxe aqui na casa de fazê-lo após a posse, ato que cumprirei em breve.

Fiquei muito entusiasmado com o que eu escutei dos demais poderes e destas organizações. Há um sentimento de necessidade do diálogo. Nós queremos realizar grandes debates aqui no Rio Grande do Sul. Aqui no RS, a ALRS é conhecida como a casa dos grandes debates, mas não queremos debates simplesmente por debater vários assuntos. Nós vamos eleger grandes causas que possam ser do interesse da maioria do povo gaúcho. Nós queremos discutir com a sociedade gaúcha qual é o papel do Estado.

Temos, no mínimo, duas visões distintas sobre o papel do estado. Uma visão que acha que o Estado deve ser mínimo, deve ser enxuto, que acha que o Estado é incompetente, que atrapalha o desenvolvimento. E outra visão, na qual eu me incluo, que acha que o Estado não precisa ser lucrativo, tem é que prestar um bom serviço à sociedade. E, com esta visão, que o Estado tem que fazer investimento no setor produtivo. A mão do estado tem que estar estendida para aqueles que mais precisam.

É óbvio que o Estado é de todos, ele sobrevive com o imposto que todos os gaúchos pagam. Agora, em momentos difíceis, em momentos de crise, como estamos vivendo, que não é de hoje, é importante dizer que nosso estado é deficitário não é de hoje. Nosso estado gasta mais do que arrecada já fazem mais de 43 anos. Nestes momentos é preciso fazer escolhas. Na minha opinião a mão do Estado tem que estar estendida àqueles que mais precisam das políticas públicas.

Quem é que mais precisa de saúde pública? É o trabalhador que não tem dinheiro para pagar um plano de saúde particular. Quem mais precisa da escola pública é quem não tem dinheiro para colocar seus filhos numa escola particular. E é aí que o Estado tem que agir. É nessa escolha, nessa direção que o Estado tem que agir, na nossa opinião.

As urnas me delegaram ser oposição e eu estou cumprindo o que as urnas me de-

legaram. Uma oposição consequente, que não fica torcendo para o quanto pior melhor. Eu sempre aprendi com meu saudoso pai (Adão Pretto) que quanto pior fica pior mesmo.

Então é com esse pensamento que nós vamos presidir a casa legislativa. Achando pontos de convergência, sem abrir mão um milímetro sequer das nossas convicções, da nossa ideologia que aprendi desde cedo tendo muito claro de que lado nós estamos nesta luta de classes permanente. Então é com muita responsabilidade de ser chefe de um poder, mas sem abrir mão de minhas convicções que nós vamos presidir a ALRS nesta gestão.

Faremos um extraordinário esforço para que o legislativo esteja mais próximo das pessoas. Eu acho que os políticos precisam ouvir mais a sociedade. Então nós vamos não só possibilitar a abertura da casa fisicamente, aqui, mas a abertura para discutir políticas públicas para a juventude, políticas para o campo, discutir igualdade de gênero, discutir respeito ao meio ambiente, alimentação saudável. Queremos discutir a democracia do nosso país, não só no Rio Grande do Sul, mas nacionalmente, pelos ataques que vem sofrendo, discutir a participação popular, que são pautas que interessam à maioria da sociedade gaúcha.

**Página 13.** Como será a relação com o governo Sartori e demais poderes?

**Edegar Pretto.** Eu sou da opinião de que os poderes têm que ter preservada a sua autonomia, como eu disse as urnas me delegaram o papel de ser oposição, mas sempre torcendo que o RS tenha um bom caminho. Hoje eu sou oposição, mas eu fui situação até ontem. Eu sei, portanto, o que está acontecendo do outro lado. Eu sei que o momento é de dificuldade, porque governamos nas duas gestões do PT aqui no RS, tanto com Olívio com Tarso Genro, também em situações adversas. Mas nós fomos um governo que não ficou parado. Nós não ficamos reclamando e colocando a culpa nos outros. Nós agimos muito, trabalhamos.

Eu fui líder da bancada do PT na ALRS durante o governo Tarso Genro, me orgulho muito das conquistas que nós realizamos. Nós fomos base de um governo que investiu no setor produtivo e que teve políticas de desenvolvimento que o fizeram crescer, por três anos consecutivos, mais do que a média nacional. Me orgulho de ter sido base de um governo que não atrasou salário de servidores, pagamos em dia o salário, o décimo terceiro, investimos nas áreas sociais. Fizemos muito, cometemos erros por certo, mas os gaúchos fizeram a escolha democrática por José Ivo Sartori. Nós, portanto, sabemos o que acontece do outro lado e por nós conhecer, termos os exemplos do que fizemos, sabemos até onde o governo pode ir. Na nossa opinião, deve priorizar aqueles que mais precisam das políticas públicas. Nós manteremos uma relação republicana, como deve ser. Sou chefe do poder legislativo, mas nós temos as nossas posições.

***O verdadeiro golpe é esse em que o governo Temer pretende ao retirar direitos dos trabalhadores, para pagar a conta de quem patrocinou esse golpe***

**Página 13.** Como você pretende relacionar-se com o governo golpista?

**Edegar Pretto.** Eu acho que finalmente os brasileiros estão percebendo o golpe dado, não só na presidenta Dilma, não só na constituição, não só nas normas democráticas do nosso país. O verdadeiro golpe é esse em que o governo Temer pretende ao retirar direitos dos trabalhadores, para pagar a conta de quem patrocinou esse golpe. Esse golpe teve patrocinadores políticos e financeiros. E agora com os ataques aos direitos, acho que o povo vai refletir e não ficar parado, não ficarmos passivos. Nós precisamos nos mobilizar. Não se trata nem de uma disputa de partidos políticos.

Por exemplo, a reforma da previdência dá a oportunidade aos políticos (deputados, prefeitos, vereadores) se posicionarem: estão do lado dos trabalhadores ou estão contra eles? E nós estamos, eu como chefe do legislativo, em uma grande mobilização com um conjunto de organizações para que as lideranças das organizações se posicionem. Neste momento não dá para ficar em cima do muro, tem que se posicionar. E o presidente da ALRS tem uma posição muito clara: Sou contra as políticas do governo Temer, do governo ilegítimo, do governo golpista que chegou ao poder sem voto. Nós não podemos permitir que ocorra um retrocesso tão grande quanto o que está sendo ameaçado pelo governo Temer.

**Página 13.** Qual a síntese de sua biografia política e em que medida pretende seguir os passos do saudoso Adão Pretto junto aos movimentos sociais do campo e da cidade?

**Edegar Pretto.** Me considero filho de uma boa semente, como eu digo, sou filho dos movimentos sociais. Comecei a minha militância desde muito cedo, quando eu ia nas mobilizações junto com a minha mãe Dona Otília, com meu pai Adão, ainda segurado pela mão, quando eles lutavam por direitos consagrados na constituição de 1988, que agora estão sendo atacados, como é o caso da reforma da previdência.

O Adão Pretto foi o primeiro pequeno agricultor que se elegeu deputado estadual para representar a sua classe. Quando foram eleitos deputados estaduais e federais para fazer a nova constituição, os agricultores sem terra do RS decidiram que não queriam apenas uma representação, mas queriam um colono deputado. É assim que o Adão foi eleito. Eu venho dessa semente, hoje eu sou deputado estadual, pela segunda vez o mais votado do PT, e é dessa semente que eu venho, tenho minha relação firmada com os movimentos sociais. É em nome deles que eu luto e que irei presidir a ALRS. ★

# Marinho: decisão na contra mão

*Ana Lídia e Irene dos Santos**

*Luiz Marinho, ex prefeito de São Bernardo do Campo, candidato a presidente do PT-SP*

O Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras foi criado para lutar por uma sociedade mais justa, menos desigual e para promover uma verdadeira transformação social na vida do povo que mais necessita. As políticas públicas voltadas às mulheres durante os governos progressistas do PT de Lula e Dilma reafirmaram o compromisso do partido, de combater o machismo, o racismo, a lgbtfobia, a opressão dos homens sobre as mulheres

Programas como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, a aprovação da PEC das domésticas, os fortes investimentos em educação que possibilitaram a criação de mais creches e vagas em universidades, também possibilitaram que milhares de mulheres pudessem sentir mais autonomia em suas vidas. A criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) representou o compromisso dos nossos governos com a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres.

Uma conquista histórica dos movimentos feministas foi a Lei Maria da Penha, que criminaliza a violência doméstica contra as mulheres e prevê o ensino de "conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher".

Apesar dos avanços que tivemos, ainda há dificuldades de efetivação de tais conquistas, as quais demonstram, também, serem insuficientes diante da desigualdade histórica que afeta as mulheres.

O Brasil ainda encabeça os rankings de violência doméstica e não obedece ao acordo 156 da OIT, que define igualdade de direitos entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Além disso, episódios como os debates acerca da igualdade de gênero no Plano Nacional de Educação revelam como nosso caminho é árduo.

O ano de 2014 teve como um de seus marcos a aprovação do PNE, o qual daria bases para as discussões dos Planos Estaduais e Municipais de educação. O PNE, originalmente, foi aprovado para inserir na educação brasileira o ensino da igualdade de gênero. Entretanto, a bancada fundamentalista operou para que se retirasse da redação do plano o trecho que falava sobre a "ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual", promovendo um retrocesso às conquistas das mulheres, negros e negras e LGBTs.

Por meio de distorções sobre o debate de igualdade de gênero, os fundamentalistas cunharam a categoria de "ideologia de gênero" (inexistente nos debates feministas). Deste modo, propagaram intolerância, violências e preconceitos sobre aquelas e aqueles que defendiam o debate nos currículos escolares. Segundo os fundamentalistas, os/as que defendem o debate de igualdade de gênero atacariam a família (sem considerar as diversas formas de família possíveis); e não teriam moral (como se só houvesse uma e esta devesse balizar a política brasileira). De tal maneira, os movimentos de mulheres e LGBTs passaram a ser fortemente agredidos pelos fundamentalistas da política brasileira. Os pastores do Congresso, juntamente com outros bispos e fanáticos religiosos iniciaram campanhas e debates para desconstruir a luta das mulheres e LGBTs, também nos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

Infelizmente, a pressão fundamentalista teve êxito inclusive em governos dirigidos

pela esquerda. Este foi o caso da cidade de São Bernardo do Campo, então governada pelo prefeito Luiz Marinho -- candidato lançado pela CNB à Presidência Estadual do PT em São Paulo. Marinho gravou um vídeo contrário à inclusão do tema no Plano Municipal de Educação em São Bernardo do Campo. Já na época, setores do Partido e do movimento de mulheres criticaram duramente sua posição, acusando-a de reforçar a postura fundamentalista, conservadora e de direita dos que defendiam a retirada do ensino de igualdade de gênero nas salas de aula, aliando-se àqueles que por meio de discursos sexistas dariam um golpe contra a democracia no país, contra a Presidenta Dilma Rousseff e contra seu governo popular.

Marinho também foi acusado de reforçar a desigualdade entre homens e mulheres e a intolerância de gênero. Além disso, Luiz Marinho foi questionado por desrespeitar toda a diversidade e leis federais de garantia de um Estado Laico, de casamentos igualitários, ao usar argumentos religiosos para colocar sua opinião acerca do debate de igualdade de gênero nas escolas.

Posturas como a adotada nesta ocasião por Luiz Marinho não estão alinhadas com a história e comprometimento do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras e com a luta das mulheres. Sua ação não apenas contribuiu para impedir a consolidação de políticas para as mulheres, como também foi cúmplice da violação da autonomia de decisão da mulher sobre o seu corpo, à medida que contribuiu para impedir que haja uma educação em saúde reprodutiva e sexualidade nas escolas do município, promovendo a permanência de um caráter sexista de sociedade.

Aos que defendem Luiz Marinho presidente do PT São Paulo, a pergunta que fica é: caso eleito presidente, como ele se posicionará frente aos fundamentalistas que atacam os direitos trabalhistas, das mulheres e lgbts? É admissível que o PT em São Paulo seja presidido por pessoas que desrespeitam os direitos assegurados pelas mulheres e LGBTs?

Agindo assim, estaremos caminhando na contramão da história do partido, da luta das mulheres e da luta por uma sociedade mais justa, igualitária, sem machismo, racismo, lgbtfobia e socialista, onde não haja qualquer forma de opressão.

Neste momento de definição da sobrevivência do nosso partido, os novos dirigentes do PT, em todos os níveis, mais do que nunca, terão que estar totalmente alinhados, comprometidos e honrar a história de lutas travadas ao longo de todos estes anos pelas trabalhadoras, trabalhadores, pela militância do PT, pelas mulheres. ★


***Ana Lídia Aguiar** é militante do PT São Paulo. **Irene dos Santos** é militante do PT de Diadema.

# O debate do 6º Congresso: para onde vai o PT?

*Licio Lobo**

O 6º Congresso Nacional do PT será realizado no início de junho, com delegadas e delegados eleitos nos congressos estaduais que serão realizados em maio.

O plenário dos congressos estaduais será composto por delegadas e delegados indicados pelas chapas inscritas até o dia 6 de março, que serão submetidas à votação dos filiados que comparecerem aos locais de votação nos municípios em todo Brasil no dia 9 de abril.

Portanto, quando esta edição do Página 13 tiver chegado aos leitores, estaremos a poucas semanas do momento determinante deste processo, que será a votação direta dos filiados nos municípios, num processo muito semelhante ao ocorrido nos PED's anteriores.

Na verdade, a maioria da atual direção do PT se opôs de forma tenaz à convocação de um congresso em novos moldes, com debates e eleição dos delegados desde a base partidária, em congressos municipais que elegeriam cada qual seus delegados aos congressos estaduais a partir do debate realizado em plenárias congressuais municipais.

Como é sabido, e a vida não cansa de dar novas demonstrações, as questões aparentemente "organizativas" encobrem e ao mesmo tempo revelam questões políticas de fundo.

No caso presente, este conservadorismo e resistência às mudanças da atual maioria do PT, se constitui em obstáculo concreto a que o Partido se coloque à altura dos desafios políticos do tempo presente, por interditar, às vezes de forma velada e às vezes abertamente, os debates chave que o Partido está chamado a fazer.

Ao que tudo indica, predomina nos setores da maioria que comandam a "máquina" partidária uma certa tendência a operar para continuar "no controle", sem atinar para o "simples" fato de que sofremos uma derrota de dimensões históricas que exigem outra postura, mais aberta e autocritica, mais construtiva de novas soluções para novíssimos problemas trazidos pela conjuntura que se abriu no pais com o golpe que apeou a presidenta Dilma do governo e com o avanço da extrema direita nas arenas nacional e internacional.

Cabe assinalar também que o congresso foi convocado com atraso bem mais que razoável, dado que a atual direção não teve a atitude correta de antecipá-lo para o ano passado, à luz da gravidade do momento e da necessidade de reorientar a linha política. E quando convocado, o foi com limitações injustificáveis: não um Congresso com plenos poderes para debater e deliberar sobre tudo, inclusive sobre o PED, mas um Congresso com "assuntos proibidos" pela atual maioria do Partido.

Ainda assim, grande parte da militância partidária que se mostrou ativa e combativa durante todo o processo de luta contra o golpe e agora, na oposição ao governo golpista, vê corretamente no 6º Congresso do PT uma boa oportunidade para debater o que tem que ser debatido e mudar o que deve ser mudado.

Não exatamente um "congresso salvador" que será o ponto de chegada de um grande e real debate para a solução dos nossos problemas, mas talvez, a depender da sua condução, um bom ponto de partida, que coloque as questões corretas e principalmente arme o Partido para os duros embates em que estamos envolvidos, que tendem a acirrar veloz e profundamente no próximo período.

A vertigem dos acontecimentos em que o PT (e o Brasil) estão imersos desde 2013 pelo menos, tem a ver com a profundidade da crise capitalista mundial, a maior desde 1929. Na América Latina, esta nova conjuntura produziu golpes e tenta acantonar os governos progressistas da região que ainda resistem. No Brasil, o golpe de 31 de agosto de 2016 encerrou um ciclo histórico. A direita retomou sua tradição golpista tantas vezes presente na História do Brasil, como ponta de lança dos interesses do grande capital em momentos de crise social aguda.

A grande questão é: por que nós fomos derrotados? Por que nós perdemos, ainda que talvez momentaneamente, o apoio da classe trabalhadora, como ficou patente na resistência insuficiente ao golpe e nas eleições 2016? Neste processo que antecede a votação do PED, o debate sobre esta questão é escasso ou camuflado. As tendências alinhadas com a maioria da direção partidária, com destaque para a CNB, evitam esta questão ou a minimizam.

Àqueles que se recusam a fazer qualquer balanço ou autocrítica nesse momento, insistimos que mais do que nunca precisamos fazê-lo. Não pretendemos, com isso, apontar culpados ou encontrar heróis, mas sim procurar entender e criar uma compreensão coletiva e profunda no Partido de que foi uma determinada política de conciliação de classes que nos conduziu à derrota. Este balanço não deve ter apenas efeito protocolar ou retroativo.

Não se trata de querer "olhar pelo retrovisor" como alguns pejorativamente apontam como forma de interditar o debate. Trata-se de um balanço fundamental para que não voltemos a cometer os mesmos erros políticos.

Outra forma nada sutil de interdição que tem ocorrido recorrentemente é opor esta análise a uma pretensa "defesa do legado" que seria "monopólio da maioria". Nada mais falso, já que não está em questão os avanços sociais importantes dos governos Lula e Dilma, mas exatamente a avaliação equivocada de que a burguesia toleraria indefinidamente um estado de coisas em que os trabalhadores fossem, ainda que passo a passo e paulatinamente, conquistando melhorias e espaço na disputa da renda, da riqueza e do poder no pais.

A verdade é que a política de conciliação de classes que nos conduziu à presidência da República em 2002 é a mesma que culminou no golpe. Desde 1995, quando a maioria do partido optou por moderar o nosso programa e fazer alianças estratégicas com setores da burguesia para vencer as eleições e governar, não

só nos manifestamos contrários a essa política como vimos alertando sobre seus limites e contradições.

À frente do governo federal, tivemos êxito na implementação de políticas públicas para o desenvolvimento social, na ampliação da renda da classe trabalhadora, na retomada do papel do Estado como pilar do desenvolvimento econômico, na reorientação de nossa política externa priorizando as relações sul-sul e os processos de integração regional no âmbito latino-americano, entre outras várias conquistas importantes.

No entanto, não fizemos nenhuma ruptura de fato com o neoliberalismo e tampouco fizemos as reformas estruturais necessárias para outro modelo de desenvolvimento, de cunho democrático e popular.

Foi esta equivocada opção estratégica que esteve na base das escolhas trágicas que levaram nosso governo a assumir e implementar uma política econômica puramente neoliberal a partir de 2015, mesmo depois de ganharmos as eleições presidenciais mais polarizadas desde 1989 com a defesa de um programa antagônico. É preciso reafirmar que essa política suicida rompeu os laços com a nossa base social e foi a grande responsável pelo êxito do golpe no ano de 2016.

E ao que tudo indica estas opções estratégicas ainda sobrevivem perigosamente no nosso Partido, o que é visível em questões que antecedem o Congresso Partidário e dão um caráter mais claro e aberto ao debate.

Alguns exemplos: a postura passiva e conciliatória de nossos governos estaduais frente à política do governo golpista; a atitude de parte da nossa bancada de parlamentares na eleição das mesas diretoras da Câmara e do Senado que não adotaram a posição correta clamada pela base partidária, de não permitir nenhum voto em golpista; o caso de petistas que teimam em participar de um governo golpista, falido politicamente e responsável pela tragédia social resultante de um projeto neoliberal metodicamente aplicado, como o governo Paulo Hartung no ES; o caso da capitulação explicita do senador Humberto Costa nas páginas amarelas de um conhecido panfleto fascista.

Por tudo isto e muito mais, o debate sobre o lugar das instituições do Estado Burguês e os limites da conciliação de classes tornada estratégia são debates centrais do congresso. A vida recoloca estas questões a cada momento e é chegada mais uma hora da verdade para o PT.

O crescimento de Lula nas sondagens eleitorais tem animado muita gente e é para nós também motivo de alento, alegria e esperança. Somos partidários de intensificar as lutas sociais contra as reformas neoliberais do governo golpista, levantar o “Fora Temer! Diretas Já!”, colocando em perspectiva a palavra de ordem “Brasil Urgente! Lula presidente!” Mas a grande questão persiste: com que perspectivas, com que programa combateremos e governaremos? As reformas estruturais combinadas com uma Assembleia Constituinte para garantir as condições de uma governabilidade de novo tipo, apoiada na mobilização e organização populares são fundamentais neste debate.

Não somos daqueles que acreditaram que vivenciamos uma “revolução democrática” em nossos governos e que a saída para essa conjuntura é seguir fazendo a defesa de um “republicanismo” que nos levou a desconsiderar ingenuamente o caráter de classe das instituições do Estado Burguês. É preciso também neste terreno tirar as lições da derrota.

Nós queremos mudar o PT fundamentalmente a partir da política, defendemos que o PT retome a estratégia democrático-popular & socialista e, a partir disso, construa um outro programa capaz de implementar as transformações estruturais necessárias para superar o capitalismo. Como decorrência, uma tática que nos dê condições para enfrentar as lutas de curto, médio e longo prazo. Com essa reorientação em sua política, as novas direções do PT devem estar à altura dos novos desafios, reorientando também as diretrizes da organização partidária.

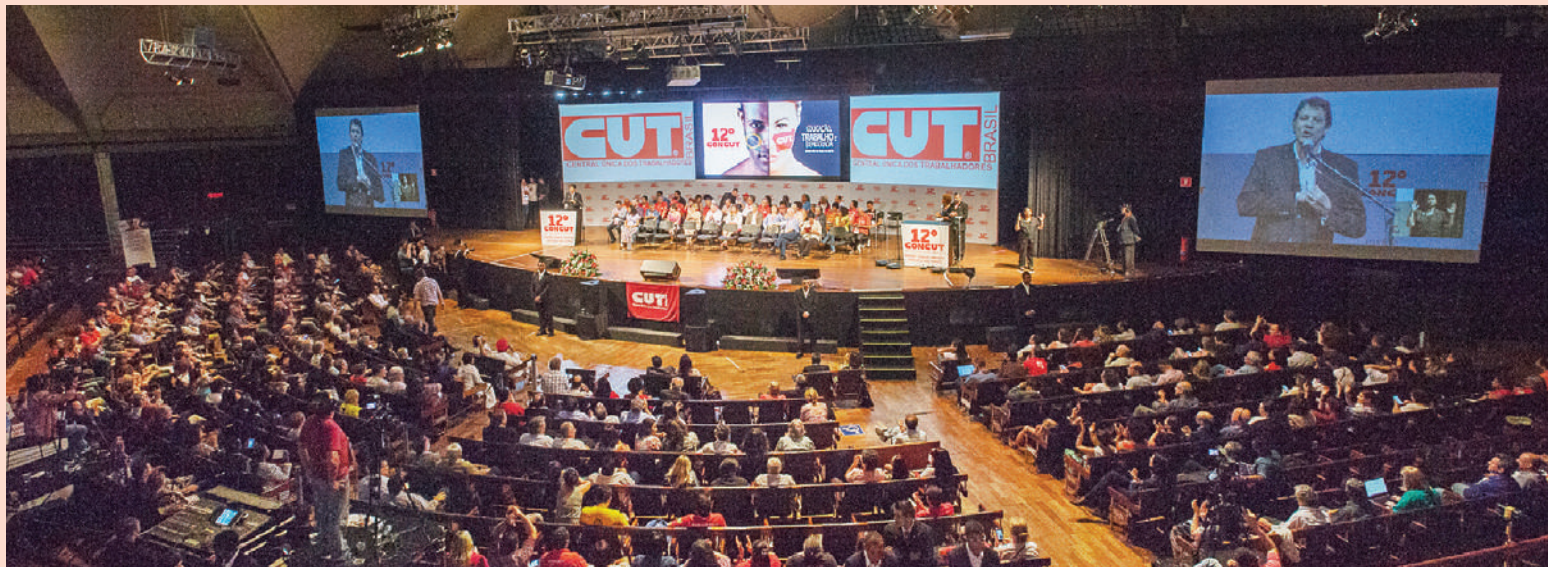
Não temos a pretensão de nos colocarmos como portadores da “verdade salvadora” para o PT, nem como os únicos vocacionados para “mudar o PT”. Consideramos que esta tarefa, “mudar o PT”, é uma tarefa de todos os setores do petismo, inclusive daqueles militantes que não se organizam em nenhuma tendência.

Nos colocamos aqui na condição de militantes políticos petistas que tem o que dizer, que se dedicam há muito tempo à construção do nosso Partido e consideram que é chegada a “hora da verdade” em que a nação petista está chamada a dar passos decisivos para manter nosso Partido como uma ferramenta fundamental da emancipação política das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Para tanto, dar vida aos debates do 6º Congresso do PT é uma tarefa inadiável. ★

***Licio Lobo** é secretário geral do PT-Diadema

# Congresso da CUT

*Maristela Monteiro Pereira**

*Foto: Leon Rodrigues/Secom*

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) irá realizar entre os dias 28 a 31 de agosto de 2017, na cidade de São Paulo, sua Plenária Estatutária e seu primeiro Congresso Extraordinário e Exclusivo.

A convocação de um Congresso Extraordinário é uma das respostas dadas pela Central à conjuntura especialmente perversa que vivemos, em que o governo ilegítimo e sem limites vem criando para a classe trabalhadora um pesado ônus, com a aplicação de sua agenda neoliberal.

Depois de aprovar o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos o governo golpista está tentando promover, a toque de caixa, a aprovação das "reformas" trabalhistas e previdenciária. Se aprovadas, estas "reformas" farão com que a maioria da classe trabalhadora morra sem conseguir aposentar, ampliando o fosso social e aumentando o subemprego, a miséria e a fome. Além disto, os golpistas vem entregando o Pré-Sal, sucateando a Petrobras, vendendo o patrimônio público, destruindo a educação e a saúde, entregando as terras ao capital estrangeiro, enfraquecendo o Mercosul e o BRICS e se subordinando aos interesses norte-americanos.

Neste contexto, a convocação de um Congresso Extraordinário e Exclusivo se tornou indispensável, para que os/as trabalhadores/as cutistas possam reavaliar, discutir, ampliar e constituir um novo plano de lutas para que este momento possa ser enfrentado com mais força, articulação e legitimidade, já que o próximo congresso ordinário da CUT está previsto apenas para 2019.

Portanto, está sendo convocada a Plenária Estatutária -- que deveria mesmo acontecer neste ano -- e na sequência, com a convocação feita pela plenária, será realizado o Congresso Extraordinário e Exclusivo, tendo como pauta a atualização da conjuntura e do Plano de Lutas.

A organização e preparação da plenária/congresso, inclusive sua programação, regimento, texto-base e pauta ainda estão sendo discutidos, mas em breve todas as informações estarão disponíveis, pois está previsto o envio da convocação as estaduais e sindicatos para o final de março.

Devemos garantir o máximo de representatividade em todas as etapas deste processo, para mostrar a este governo ilegítimo, destruidor de direitos, da soberania e da democracia que juntos somos fortes e que não aceitaremos nenhum direito a menos! ★

## Agenda 2017

**24 de abril a 24 de maio**

Realização das assembleias de base

**19 de junho a 19 de julho**

Realização das Plenárias/Congressos Extraordinários e Exclusivos das Estaduais e Ramos

**28 a 31 de agosto**

Plenária Estatutária/Congresso Nacional Extraordinário e Exclusivo da CUT

***Maristela Monteiro Pereira** é advogada e assessora da CUT